



CATÁLOGO DE PRÉDIOS DO PJERJ



Rio de Janeiro
2014

CATÁLOGO DE PRÉDIOS DO PJERJ

**Rio de Janeiro
2014**



SUMÁRIO

11 APRESENTAÇÃO

COMARCA DA CAPITAL

15 ANTIGO PALÁCIO DA JUSTIÇA

18 EMERJ

20 PALÁCIO DA JUSTIÇA – FÓRUM CENTRAL

24 PALÁCIO DA JUSTIÇA – LÂMINA I

26 PALÁCIO DA JUSTIÇA – LÂMINA II

28 PALÁCIO DA JUSTIÇA – LÂMINA III

30 PALÁCIO DA JUSTIÇA – LÂMINA IV

32 PALÁCIO DA JUSTIÇA – LÂMINA V

34 PALÁCIO DA JUSTIÇA – LÂMINA CENTRAL

FÓRUNS REGIONAIS

39 BANGU

42 BARRA DA TIJUCA

44 CAMPO GRANDE

46 ILHA DO GOVERNADOR

48 JACAREPAGUÁ

51 LEOPOLDINA

53 MADUREIRA

55 MÉIER

57 PAVUNA

59 SANTA CRUZ

COMARCAS DO INTERIOR

63 ANGRA DOS REIS

65 ARARUAMA

67 ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

69 ARRAIAL DO CABO

71 BARRA DO PIRAÍ

73 BARRA MANSA

75 BELFORD ROXO

77 BOM JARDIM

79 BOM JESUS DO ITABAPOANA

82 CABO FRIO

84 CACHOEIRAS DE MACACU

86 CAMBUCI

88	CAMPOS DOS GOYTACAZES
90	CANTAGALO
92	CARAPEBUS – QUISSAMÃ
94	CARMO
96	CASIMIRO DE ABREU
98	CONCEIÇÃO DE MACABU
99	CORDEIRO
101	DUAS BARRAS
103	DUQUE DE CAXIAS
105	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
107	GUAPIMIRIM
109	IGUABA GRANDE
111	ITABORAÍ
114	ITAGUAÍ
116	ITALVA – CARDOSO MOREIRA
118	ITAOCARA
120	ITAPERUNA
123	ITATIAIA
125	JAPERI
127	LAJE DO MURIAÉ

- 129 MACAÉ**
- 131 MAGÉ**
- 133 MAGÉ – FÓRUM REGIONAL DE VILA INHOMIRIM**
- 135 MANGARATIBA**
- 137 MARICÁ**
- 139 MENDES**
- 141 MESQUITA**
- 143 MIGUEL PEREIRA**
- 145 MIRACEMA**
- 147 NATIVIDADE**
- 149 NILÓPOLIS**
- 152 NITERÓI**
- 156 NITERÓI - FÓRUM DA REGIÃO OCEÂNICA**
- 158 NOVA FRIBURGO**
- 160 NOVA IGUAÇU**
- 163 PARACAMBI**
- 165 PARAÍBA DO SUL**
- 167 PARATY**
- 169 PATY DO ALFERES**
- 171 PETRÓPOLIS**

- 173 PETRÓPOLIS**
- 175 PINHEIRAL**
- 177 PIRAÍ**
- 179 PORCIÚNCULA**
- 181 PORTO REAL – QUATIS**
- 182 QUEIMADOS**
- 184 RESENDE**
- 186 RIO BONITO**
- 189 RIO CLARO**
- 191 RIO DAS FLORES**
- 193 RIO DAS OSTRAS**
- 195 SANTA MARIA MADALENA**
- 197 SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**
- 199 SÃO FIDÉLIS**
- 201 SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA**
- 203 SÃO GONÇALO**
- 205 SÃO GONÇALO – FÓRUM REGIONAL DE ALCÂNTARA**
- 207 SÃO JOÃO DA BARRA**
- 209 SÃO JOÃO DE MERITI**
- 211 SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

- 212 SÃO PEDRO DA ALDEIA**
- 214 SÃO SEBASTIÃO DO ALTO**
- 215 SAPUCAIA**
- 217 SAQUAREMA**
- 219 SEROPÉDICA**
- 221 SILVA JARDIM**
- 223 SUMIDOURO**
- 225 TERESÓPOLIS**
- 227 TRAJANO DE MORAES**
- 229 TRÊS RIOS**
- 231 VALENÇA**
- 233 VASSOURAS**
- 235 VOLTA REDONDA**

APRESENTAÇÃO

A preocupação das organizações públicas com o resgate, a preservação e a difusão de sua história institucional tem-se avultado com a vigência da atual Constituição Federal, que prevê a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários e registros, entre outras modalidades (art. 216, § 1º).

Alinhado com esse dispositivo constitucional, o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), que, de longa data, dedica especial zelo ao controle de seu patrimônio imobiliário – no qual figuram construções de inegável valor histórico e cultural –, propõe-se a disponibilizar um catálogo com informações básicas sobre seus prédios, nomeadamente seus palácios e fóruns.

A iniciativa se inspira em duas obras do Desembargador Antônio Izaias da Costa Abreu, intituladas *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia* e *O Judiciário Fluminense e suas comarcas*, embora apresente estrutura distinta daquela que constitui esses livros.

Desenvolvida em formato de catálogo, com fichas que oferecem dados históricos das edificações, valores das obras, atos normativos, datas de inauguração e nomes das autoridades que as inauguraram, esta é uma edição essencialmente digital, que permitirá a constante atualização dos dados e o acesso a um público mais amplo. Configura-se, assim, material de pronta consulta para usuários internos e externos.

O leitor terá a oportunidade de conhecer, por exemplo, o antigo Palácio da Justiça da Rua Dom Manuel, que abrigou a Corte de Apelação do Distrito Federal, o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara e o Tribunal de Alçada Criminal, e que hoje integra o Corredor Cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Nesse prédio, também ocorreu a promulgação do Código Penal, em 7 de novembro de 1940, e algumas personalidades do mundo jurídico, tais como Evaristo de Moraes, Evandro Lins e Silva, Pontes de Miranda e Nelson Hungria, exerceram, com brilhantismo, suas atividades.

Da mesma forma, também será possível ter acesso a informações sobre o antigo Palácio da Justiça de Niterói, que abrigou o Tribunal da Relação do antigo Estado do Rio de Janeiro e, desde 1983, é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Ombreando-se em relevância com os prédios históricos, situam-se as construções modernas, edificadas como parte do esforço continuado das sucessivas administrações do PJERJ, objetivando a adequação ao incremento das demandas judiciais e a disponibilização de instalações funcionais e confortáveis a magistrados, servidores e usuários. As Lâminas de I a V e a Central, na comarca da Capital, bem como os prédios em que vigora o conceito de sustentabilidade, nomeadamente nas comarcas de Mesquita, Rio Bonito, São Gonçalo (Fórum Regional de Alcântara) e Teresópolis, no interior, são bons exemplos dessas edificações.

Espera-se, enfim, que esta obra se torne um instrumento útil a todos aqueles que buscam informações sobre os palácios e fóruns do PJERJ.



COMARCA DA CAPITAL



Antigo Palácio da Justiça

Rua Dom Manuel, nº 29 – Centro

VALOR DA OBRA

Em 1920, o valor estimado para a construção e a instalação do prédio foi de quatro mil contos de réis (4.000:000\$000).¹

HISTÓRICO DO PRÉDIO

Trata-se do primeiro prédio construído na cidade do Rio de Janeiro com a finalidade específica de ser um Palácio da Justiça, abrigando a Corte de Apelação do Distrito Federal.

A construção teve início em 1922, graças aos recursos proporcionados pelo Decreto nº 14.453, de 3 de novembro de 1920, baixado pelo então Presidente da República, Epitácio Pessoa. Coube ao engenheiro Leopoldo de Melo Cunha Filho a supervisão dos trabalhos, cuja execução durou quatro anos, ficando os arquitetos Fernando Nereu de Sampaio e Gabriel Fernandes responsáveis pelo projeto das fachadas. Em 6 de novembro de 1926, no final do governo do Presidente Arthur

Bernardes, o Palácio da Justiça foi solenemente inaugurado, estando à frente da Corte de Apelação, à época, o desembargador Ataulpho Nápoles de Paiva.

Suas linhas arquitetônicas ostentam a exuberância do estilo eclético classicizante, com tendência ao neorrenascentismo italiano, do final do século XIX, e exibem a suntuosidade dos prédios públicos europeus construídos nesse período. A fachada é retangular e simétrica e, na decoração externa, veem-se ornatos de estuque pré-moldado em vasos e estátuas, bem como grandes vidraças e pórtico primorosamente trabalhado.

O interior apresenta elementos decorativos que acentuam suas características arquitetônicas: estátuas, vasos, cantarias, platibandas, vidraças, piso de mármore, afrescos, colunas e vitrais; observam-se ainda a nobreza do portfólio de entrada, a elegância das escadarias de acesso aos andares, as belas esculturas e arandelas de bronze e os lustres de bronze e cristal.

Na presidência do desembargador Vicente Piragibe (1937-1940), o prédio passou por reformas significativas, abrangendo a maior parte dos elementos decorativos, sem alterar, todavia, suas características, mantida a exuberância do estilo em que foi concebida sua construção. Assim, duas grandes estátuas de mármore, representando a *Lei* e a *Justiça*, modeladas pelo escultor francês Max Ferré e cedidas pela Chancelaria do Itamarati, passaram a adornar o vestíbulo do palácio, que ainda foi enriquecido, em todos os pavimentos, por belos vitrais, de autoria do artista Gastão Formenti.

O Plenário da Corte recebeu mobiliário de fino gosto e caprichoso acabamento, dominado pelo clima de austeridade do ambiente, ornado por belos vitrais e dois painéis, representando a *Justiça Civil* e a *Justiça Criminal*, confeccionados pelo renomado pintor Carlos Oswald.

Nas arcadas do majestoso palácio, por onde passaram brilhantes figuras do Judiciário, desenrolaram-se episódios marcantes na vida judiciária do país, como, por exemplo, a instalação do Tribunal do Júri do Distrito Federal, em 3 de janeiro de 1927; a promulgação do Código Penal, em 7 de dezembro de 1940; e a realização da Primeira e da Terceira Conferências Nacionais de Desembargadores, ocorridas, respectivamente, em 1943 e 1965.

Com a transferência da Capital da República para Brasília, em 1960, instalou-se no prédio o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, que nele permaneceu até dezembro de 1974. No ano seguinte, consumada a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara para formar nova unidade federativa, nele passou a funcionar o Tribunal de Alçada oriundo do antigo Estado do Rio de Janeiro, mais tarde denominado 2º Tribunal de Alçada e, posteriormente, Tribunal de Alçada Criminal.

Em 1998, em consequência da extinção dos Tribunais de Alçada do Estado, o prédio histórico passou a abrigar parte da administração do Tribunal de Justiça, sendo o terceiro andar ocupado pelo Museu da Justiça, órgão que se destina a resgatar, preservar e divulgar a memória do Judiciário do território que hoje constitui o Estado do Rio de Janeiro.

Reinaugurado em 8 de novembro de 2010, após a substancial obra de recuperação e restauro a que foi submetido na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, o prédio passou a abrigar, além do Museu da Justiça, a Escola de Administração Judiciária, o Centro Cultural e outras unidades organizacionais do PJerJ.

ATO NORMATIVO

O Decreto nº 14.453, de 3 de novembro de 1920, assegurou os recursos necessários à construção do prédio.

DATA DE INAUGURAÇÃO

6 de novembro de 1926.

Foi reinaugurado em 8 de novembro de 2010.

QUEM INAUGUROU

O presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal, na solenidade de inauguração do prédio, era o Desembargador Ataulpho Nápoles de Paiva.

Foi reinaugurado pelo então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter.



Prédio da EMERJ

Desembargador Cláudio Vianna de Lima

Rua Dom Manuel, nº 25 – Centro

VALOR DA OBRA

As obras de adaptação do prédio histórico custaram R\$ 18.996.100,65 (dezoito milhões, novecentos e noventa e seis mil, cem reais e sessenta e cinco centavos).²

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“A Lei nº 3.141, de 30 de outubro de 1882, aprovou a construção desse prédio, destinado a ser a primeira sede própria da Caixa Econômica Federal no Brasil, muito embora esta já tivesse sido criada e funcionasse desde 4 de novembro de 1861. Em 28 de março de 1884, foi solenemente lançada a pedra fundamental da obra, que teve como primeiro arquiteto Francisco Joaquim

Bethencourt da Silva, posteriormente substituído por Fábio Castilho de Morais Rego. A inauguração ocorreu três anos mais tarde, em 26 de janeiro de 1887. No século seguinte, em 1940, o edifício deixou de ser sede desse estabelecimento de crédito social, passando a abrigar o Pretório e a Vara de Acidentes do Trabalho. A partir de 1975, foi submetido a obras de reforma, concluídas em 1979, ano em que nele se instalou a Procuradoria Geral do Estado (...).³

O referido prédio é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Em 2011, mediante convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o edifício foi cedido ao TJRJ, que custeou as obras de adaptação.

Reinaugurado em 2012, atualmente abriga a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).

ATO NORMATIVO

A Lei nº 3.141, de 30 de outubro de 1882, aprovou a construção do prédio.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

O prédio foi inaugurado em 26 de janeiro de 1887.

Após a realização de obras de adaptação, foi reinaugurado em 20 de julho de 2012.

QUEM INAUGUROU

Em 2012, o prédio foi reinaugurado pelo então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.



Palácio da Justiça – Fórum Central Fórum Augusto Teixeira de Freitas

Avenida Erasmo Braga, nº 115 – Centro

VALOR DA OBRA

No discurso pronunciado pelo então presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, Desembargador Martinho Garcez Neto, em 8 de dezembro de 1966, na inauguração dos blocos “K” e “L” do novo Palácio da Justiça, fez-se referência ao crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros) e de uma verba orçamentária de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), que permitiram “a adjudicação do acabamento dos dois blocos” que se inauguravam e a edificação da estrutura do bloco “H”.⁴

No Livro de Atas da “Comissão Permanente para acompanhar a construção do Palácio da Justiça”, mencionam-se os seguintes fatos:

- Em sessão realizada em 17 de fevereiro de 1965, a firma Ribeiro Franco Engenharia e Construções S.A., com sede em São Paulo, que apresentou a proposta de Cr\$ 40.497.677,00 (quarenta milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros) para realizar “demolições, construção dos barracões e preparo do terreno para os serviços preliminares”, foi escolhida pela comissão, que “deliberou adjudicá-la os serviços acima referidos”.⁵
- Em sessão realizada em 18 de maio de 1965, foi realizado o pagamento, à Copiadora Castelo, da quantia de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros); e, ao empreiteiro Julio Marcos de Souza, o valor de Cr\$ 444.150,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e cinquenta cruzeiros); e o pagamento de Cr\$ 781.340,00 (setecentos e oitenta e um mil, trezentos e quarenta cruzeiros), por material de desenho e móveis adquiridos.⁶
- Em sessão realizada em 13 de setembro de 1965, foi realizado o pagamento, à firma Serviços de Engenharia Emilio Baumgart, da quantia de Cr\$ 490.725,00 (quatrocentos e noventa mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), relativo à primeira parcela do projeto de estrutura.⁷
- Em sessão realizada em 10 de novembro de 1965, pagou-se, à Copiadora Castelo, a quantia de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).⁸
- Em sessão realizada no dia 24 de janeiro de 1966, aprovou-se a liberação da quantia de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para o pagamento de cópias heliográficas e da mesma quantia para o pagamento de material de limpeza, higiene etc.⁹
- Em sessão realizada em 11 de maio de 1967, a comissão aprovou o valor de NCr\$ 291.486,10 (duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta e seis cruzeiros novos e dez centavos), pago à Cia. Construtora Nacional S.A. pela prestação de serviços extracontratuais já executados nos blocos “K” e “L”. Na mesma sessão, foi ratificado o valor de NCr\$ 1.149.859,81 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros novos e oitenta e um centavos), relativo ao contrato específico do acabamento do bloco “H”.¹⁰

HISTÓRICO DO PRÉDIO

No dia 21 de dezembro de 1964, em solenidade presidida pelo então governador do Estado da Guanabara, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, com a presença dos presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa, respectivamente, Deputado Victorino James e Desembargador Vicente de Faria Coelho, além de outras autoridades, foram iniciadas as obras do novo Palácio da Justiça.

Na primeira fase da construção do referido palácio, havia a previsão de se construírem vários blocos.¹¹ Entretanto, em 1966 foram inaugurados apenas os blocos “K” e “L” durante a administração do Desembargador Martinho Garcez Neto, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.

No *Diário Oficial do Estado da Guanabara* de 30 de junho de 1967, foi publicado o edital de concorrência para a construção dos blocos “I” e “J”,¹² vencida pela Cia. Construtora Nacional S.A.¹³

Em 1968, na administração do Desembargador Aloysio Maria Teixeira, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, foi inaugurado o Bloco “H”.

Em 1970, na gestão do Desembargador José Murta Ribeiro, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, foi inaugurado o Bloco “J”, ao passo que, em 1972, na gestão do Desembargador Moacyr Rebello Horta, ocorreu a inauguração do Bloco placa “E”.

ATOS NORMATIVOS

A Resolução TJ/OE nº 36, de 13 de novembro de 2006, nomeou o prédio do Fórum Central da Capital de “Fórum Augusto Teixeira de Freitas”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Blocos “K” e “L”: 8 de dezembro de 1966;

Bloco “H”: 1968;

Bloco “J”: 1970;

Bloco placa “E”: 1972.

QUEM INAUGUROU

Blocos “K” e “L”: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (TJGB), Desembargador Martinho Garcez Neto.

Bloco “H”: inaugurado na gestão do Desembargador Aloysio Maria Teixeira, presidente do TJGB.

Bloco “J”: inaugurado na gestão do Desembargador José Murta Ribeiro, presidente do TJGB.

Bloco placa “E”: inaugurado na gestão do Desembargador Moacyr Rebello Horta, presidente do TJGB.



Palácio da Justiça – Lâmina I

Avenida Erasmo Braga, nº 115 – Centro

VALOR DA OBRA

A “Comissão Permanente para acompanhar a construção do Palácio da Justiça”, em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1967, aprovou o edital de concorrência pública ordinária para a construção dos blocos “A” e “E” e auditório, avaliando-se a obra em NCr\$ 18.502.338,80 (dezoito milhões, quinhentos e dois mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros novos e oitenta centavos).¹⁴ Nessa mesma sessão, informou-se o pagamento de NCr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros novos), por luminárias para os blocos “anteriores”, e autorizou-se a aplicação da verba de NCr\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros novos) na compra de luminárias para os blocos “I” e “J”.¹⁵

HISTÓRICO DO PRÉDIO

Na sessão da Comissão Permanente para acompanhar a construção do Palácio da Justiça, realizada em 13 de novembro de 1967, foi aprovado o edital de

concorrência pública ordinária para a construção dos blocos “A” e “E” e auditório, constitutivos do “conjunto do futuro Palácio da Justiça”.¹⁶ Em 4 de dezembro de 1967, foi declarada vencedora da concorrência a firma Companhia Comercial e Construtora Enarco (Engenharia, Arquitetura e Construções), à qual foi adjudicada a construção dos blocos “A” e “E” do “novo Palácio da Justiça”,¹⁷ que correspondiam à “Lâmina”.¹⁸

Juntamente com os blocos “K”, “L”, “H” e “J”, a “Lâmina”, com seus onze andares, passou a constituir o novo Palácio da Justiça.

DATA DE INAUGURAÇÃO

8 de dezembro de 1974.

QUEM INAUGUROU

Em 8 de dezembro de 1974, ocorreu a sessão solene de instalação do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara em sua nova sede, no referido prédio, sob a presidência do Desembargador Nelson Ribeiro Alves.



Palácio da Justiça – Lâmina II

Avenida Erasmo Braga, nº 115 – Centro

VALOR DA OBRA

O custo total da obra foi de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais).¹⁹

HISTÓRICO DO PRÉDIO

Na administração do Desembargador Antônio Carlos Amorim, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1993-1994), foi planejada a construção da Lâmina II para abrigar a Justiça Criminal de primeiro e segundo graus, com projeto de autoria dos arquitetos Emanuel Eduardo Kozlowsky e João Marcus Vinicius Façanha dos Santos.

Na administração de seu sucessor, o Desembargador José Lisboa da Gama Malcher (1995-1996), começou a ser realmente construído o prédio de 14 andares, integrante do complexo do Palácio da Justiça, cuja conclusão ocorreu em dezembro de 1996.

DATA DE INAUGURAÇÃO

19 de dezembro de 1996.

QUEM INAUGUROU

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador José Lisboa da Gama Malcher.



Palácio da Justiça – Lâmina III

Ministro Carlos Alberto Menezes Direito

Rua Dom Manuel, nº 37 – Centro

Anexo da Lâmina III

Fórum Desembargador Osny Duarte Pereira

VALOR DA OBRA

R\$ 59.058.273,99 (cinquenta e nove milhões, cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e nove centavos).²⁰

Reforma da Lâmina III, com a construção do prédio anexo: o valor estimado no PAG 2010-2014 foi de R\$ 70.741.507,00 (setenta milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e sete reais).²¹

HISTÓRICO DO PRÉDIO

Na administração do Desembargador Sérgio Cavalieri Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi construída a Lâmina III, projeto de autoria da arquiteta Cláudia Pires Meirelles, coordenado pelo arquiteto Emanuel Eduardo Kozlowsky e executado pela empresa Delta Construções S.A..

Posteriormente, o edifício foi reformado, com a construção de um prédio anexo.

ATOS NORMATIVOS

A Resolução TJ/OE nº 17, de 22 de junho de 2010, atribuiu o nome de “Ministro Carlos Alberto Menezes Direito” ao prédio “Lâmina III” do conjunto arquitetônico do Palácio da Justiça.

A Resolução TJ/OE nº 33, de 2 de setembro de 2013, nomeou o novo prédio Anexo à Lâmina III de “Fórum Desembargador Osny Duarte Pereira”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

8 de dezembro de 2006.

Em 30 de outubro de 2013, foi inaugurado o prédio anexo da Lâmina III.

QUEM INAUGUROU

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sergio Cavalieri Filho, inaugurou a Lâmina III.

O Anexo da Lâmina III foi inaugurado na administração da atual presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano.



Palácio da Justiça – Lâmina IV

Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura

Beco da Música, nº 175 – Centro

VALOR DA OBRA

No site da OAB-RJ, em notícia extraída do *Jornal do Commercio*, foi informado que as Lâminas IV e V, inauguradas no mesmo dia, custaram R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais).²²

HISTÓRICO DO PRÉDIO

A Lâmina IV, um prédio de seis pavimentos com 22.706 metros quadrados,²³ foi edificada com a finalidade de proporcionar instalações confortáveis para as Câmaras Criminais e seus servidores, assim como gabinetes condignos aos desembargadores.²⁴

ATOS NORMATIVOS

- A Resolução TJ/OE nº 15, de 22 de junho de 2010, atribuiu o nome do Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura ao prédio “Lâmina IV” do conjunto arquitetônico do Palácio da Justiça.

DATA DE INAUGURAÇÃO

8 de novembro de 2010.

QUEM INAUGUROU

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter.



Palácio da Justiça – Lâmina V

Desembargador Paulo Cesar Salomão

Beco da Música, nº 121 – Centro

VALOR DA OBRA

No site da OAB-RJ, em notícia extraída do *Jornal do Commercio*, foi informado que as Lâminas IV e V, inauguradas no mesmo dia, custaram R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais).²⁵

HISTÓRICO DO PRÉDIO

A Lâmina V foi construída com a finalidade de abrigar exclusivamente a informática, “base mestra para uma justiça mais célere no atendimento às necessidades daqueles que buscam no Judiciário a solução dos seus conflitos”.²⁶

Trata-se da concepção de um “prédio inteligente” que, ao abrigar a Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação do PJERJ, deveria apresentar uma infraestrutura capaz de manter o sistema de informática em funcionamento de forma ininterrupta.²⁷

ATO NORMATIVO

A Resolução TJ/OE nº 16, de 22 de junho de 2010, atribuiu o nome do Desembargador Paulo Cesar Salomão ao prédio “Lâmina V” do conjunto arquitetônico do Palácio da Justiça.

DATA DE INAUGURAÇÃO

8 de novembro de 2010.

QUEM INAUGUROU

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter.



Palácio da Justiça – Lâmina Central Desembargador Gilberto Fernandes

Avenida Erasmo Braga, nº 115 – Centro

VALOR DA OBRA

Aproximadamente R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).²⁸

HISTÓRICO DO PRÉDIO

A construção do prédio foi iniciada na administração do Desembargador Luiz Zveiter, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no biênio 2009-2010. A conclusão da obra ocorreu na gestão de seu sucessor no cargo, o Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.

O prédio ostenta o nome do Desembargador Gilberto Fernandes.

DATA DE INAUGURAÇÃO

11 de junho de 2012.

QUEM INAUGUROU

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.

FÓRUNS REGIONAIS



BANGU

Fórum Desembargador Flavio Nunes Magalhães

Rua Doze de Fevereiro, s/nº

VALOR DA OBRA

O prédio da Rua Doze de Fevereiro, s/nº, inaugurado em 2003, custou R\$ 2.824.209,74 (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais e setenta e quatro centavos).²⁹

No PAG 2010-2014, o valor contratado para a construção do Anexo do Fórum Regional de Bangu foi de R\$ 34.418.510,06 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e dez reais e seis centavos).³⁰

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

“O Fórum Regional de Bangu, criado pela Lei nº 2.085-A, de 5 de setembro de 1972, foi inaugurado em 16 de fevereiro de 1979, pelo Governador Floriano

Peixoto Faria Lima e pelo então presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Marcelo Santiago Costa. Inicialmente, o Fórum Regional de Bangu contava com duas varas cíveis e uma criminal e funcionava no imóvel situado no nº 381 da Rua Silva Cardoso, no Centro, mas, com o transcurso do tempo e a criação de outras varas, aquelas instalações se tornaram inadequadas ao acolhimento dos serviços forenses. Assim, na administração do Presidente Humberto de Mendonça Manes, foi aberta concorrência para a edificação de um novo prédio, o qual, devido ao estado falimentar que atingiu a construtora, ficou apenas na estrutura. Em face da situação, fez-se, em 2003, a abertura de nova concorrência para prosseguimento dos trabalhos, saindo vencedora a firma Paulitec Construções Ltda., com sede na Rua Maurício R. Klabin, nº 449, São Paulo. À nova construtora, coube a tarefa de reforçar a estrutura instalada anteriormente e a de concluir a edificação. A obra, executada em cinco meses, (...) situada à Rua Doze de Fevereiro, s/nº, foi solenemente inaugurada no dia 17 de dezembro de 2003 (...).³¹

O antigo prédio, reformado e ampliado, foi inaugurado em 31 de agosto de 2006.³²

Em 2013, ocorreu a inauguração do Anexo do Fórum Regional de Bangu, com 5.538 m², distribuídos por cinco andares.³³

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 2.085-A, de 5 de setembro de 2002, criou o Fórum Regional de Bangu.

A Resolução TJ/OE nº 21, de 15 de agosto de 2006, atribuiu o nome de “Fórum Desembargador Flavio Nunes Magalhães” ao referido prédio.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo (Rua Silva Cardoso, nº 381): 16 de fevereiro de 1979.

Prédio novo (Rua Doze de Fevereiro, s/nº): 17 de dezembro de 2003.

Prédio antigo, reformado e ampliado: 31 de agosto de 2006.

Anexo do Fórum Regional de Bangu: 29 de novembro de 2013.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo (Rua Silva Cardoso, nº 381): o Governador Floriano Peixoto Faria e o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcelo Santiago Costa.

Prédio novo (Rua Doze de Fevereiro, s/nº): o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Miguel Pachá.

Prédio antigo, reformado e ampliado: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sergio Cavalieri Filho, e o corregedor-geral da Justiça, Desembargador Luiz Zveiter.

Anexo do Fórum de Bangu: a atual presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano.



BARRA DA TIJUCA

Fórum Desembargador Martinho Garcez Neto

Avenida Luiz Carlos Prestes, s/nº

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O projeto, de autoria do arquiteto João Marcos Façanha, é de um prédio inteligente, que oferece comodidade para a realização dos trabalhos judiciais e conforto àqueles que necessitam socorrer-se da Justiça. A construção, iniciada em 2 de maio de 2000, foi concluída em 27 de novembro do mesmo ano.”³⁴

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 2.374, de 26 de dezembro de 1994, criou o Fórum Regional da Barra da Tijuca.

A Resolução TJ/OE nº 20, de 12 de novembro de 2002, deu ao prédio o nome de “Fórum Desembargador Martinho Garcez Neto”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

19 de janeiro de 2001.

QUEM INAUGUROU

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Humberto de Mendonça Manes, e o corregedor-geral da Justiça à época, Desembargador Paulo Gomes da Silva Filho.



CAMPO GRANDE

Fórum Desembargador Alyrio Silva Cavallieri

Rua Carlos da Silva Costa, nº 141

VALOR DA OBRA

No PAG 2010-2014, o valor contratado para a construção do prédio do Fórum de Campo Grande foi de R\$ 29.799.000,00 (vinte e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil reais).³⁵

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

“O Fórum Regional de Campo Grande (...) foi instalado em 19 de dezembro de 1978 pelo Desembargador Marcelo Santiago Costa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no governo de Floriano Peixoto Faria Lima (...)”.³⁶ Em 2012, após 15 meses de obras, foi inaugurado o anexo ao prédio do Fórum Regional de Campo Grande, com seis andares e área construída de 8.148,18 m².³⁷

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 2.085-A, de 5 de setembro de 1972, criou o Fórum Regional de Campo Grande.

A Resolução TJ/OE nº 36, de 13 de dezembro de 2012, nomeou o anexo ao prédio do Fórum Regional de Campo Grande de “Desembargador Alyrio Silva Cavallieri”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio do Fórum: 19 de dezembro de 1978.

Anexo ao prédio do Fórum: dezembro de 2012.

QUEM INAUGUROU

Prédio do Fórum: o Desembargador Marcelo Santiago Costa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no governo de Floriano Peixoto Faria Lima.

Anexo ao prédio do Fórum: o Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



ILHA DO GOVERNADOR

Fórum Ministro José de Aguiar Dias

Praia de Olaria, s/nº

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

“O Fórum Regional da Ilha do Governador (...) foi solenemente instalado, em 31 de janeiro de 1983, pelo governador do estado Antônio de Pádua Chagas Freitas e pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Antônio Marins Peixoto.”³⁸

Em 2002, o novo edifício do Fórum Regional da Ilha do Governador foi inaugurado.

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 420, de 5 de julho de 1981, criou o Fórum Regional da Ilha do Governador.³⁹

A Resolução TJ/OE nº 15, de 10 de setembro de 2002, deu ao edifício do Fórum Regional da Ilha do Governador o nome de “Fórum Ministro José de Aguiar Dias”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 31 de janeiro de 1983.

Prédio novo: 4 de dezembro de 2002.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o então governador do estado, Antônio de Pádua Chagas Freitas, e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, à época, Desembargador Antônio Marins Peixoto.

Prédio novo: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, e o corregedor-geral da Justiça à época, Desembargador Paulo Gomes da Silva Filho.



JACAREPAGUÁ

Fórum Desembargador José Murta Ribeiro

Rua Professora Francisca Piragibe, nº 80, Taquara

VALOR DA OBRA

O atual prédio do Fórum Regional de Jacarepaguá custou a importância de R\$ 12.286.512,72 (doze milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos e doze reais e setenta e dois centavos).⁴⁰

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

“O Fórum Regional de Jacarepaguá (...) funcionou até janeiro de 2003 em Madureira, em prédio que anteriormente servira como unidade hospitalar, cedido pelo Estado do Rio de Janeiro ao Judiciário. Após parcial reforma, foi inaugurado, em 30 de setembro de 1981, com a instalação da 1ª Vara Cível, pelo governador Antônio de Pádua Chagas Freitas e pelo presidente do

Tribunal de Justiça, Desembargador Antônio Marins Peixoto, estando presentes à solenidade diversos magistrados, entre eles o coordenador-geral das instalações, Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos (...).⁴¹

“No dia 31 de janeiro de 2001, com a presença do Desembargador Humberto de Mendonça Manes, presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, teve lugar a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da construção do prédio do Fórum Regional de Jacarepaguá (...).”⁴² Dispondo de 12.882,16 m² de área construída em terreno de 7.978 m², o novo edifício foi construído pela empresa Sergen (Serviços Gerais de Engenharia Ltda.).

“O edifício, de quatro andares, foi o primeiro órgão público estadual a ser dotado de sistema de ar-condicionado impulsionado a gás natural, ajustado aos novos padrões de economia de energia elétrica. Tem painéis de vidro fumê para favorecer a iluminação natural, rampas de acesso para deficientes físicos e dois elevadores com capacidade para doze pessoas e um estacionamento no térreo e no subsolo, abrangendo uma área de 2.300 m². ”⁴³

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 2.085-A, de 5 de setembro de 1972, criou o Fórum Regional de Jacarepaguá.

A Resolução TJ/OE nº 30, de 19 de dezembro de 2002, deu ao prédio que abriga o Fórum Regional de Jacarepaguá o nome de “Fórum Desembargador José Murta Ribeiro”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 30 de setembro de 1981.

Prédio novo: 28 de janeiro de 2003.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Governador Antônio de Pádua Chagas Freitas e o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Antônio Marins Peixoto.

Prédio novo: os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Paulo Gomes da Silva Filho, corregedor-geral da Justiça à época.



LEOPOLDINA

Fórum Desembargador Luis Antonio de Andrade

Rua Filomena Nunes, nº 1.071, Olaria

VALOR DA OBRA

Prédio novo: no PAG 2010-2014, o valor contratado para a construção do novo edifício foi de R\$ 35.834.472,71 (trinta e cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos).⁴⁴

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: o antigo prédio situado na Rua Lucena, s/n, esquina com a Rua Professor Plínio Bastos, que abrigou o Fórum Regional da Leopoldina, foi inaugurado em 5 de setembro de 2002.

Prédio novo: em 2011, foi inaugurado o novo edifício do Fórum Regional de Leopoldina, com 15.074,46 m² de área construída, situado na Rua Filomena, nº 1.071.⁴⁵

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 3.603, de 11 de julho de 2001, criou o Fórum Regional de Leopoldina.

A Resolução TJ/OE nº 29, de 19 de dezembro de 2002, deu ao prédio no qual se encontra instalado o Fórum Regional da Leopoldina o nome de “Fórum Desembargador Luis Antonio de Andrade”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 5 de setembro de 2002.

Prédio novo: 20 de setembro de 2011.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Paulo Gomes da Silva Filho, corregedor-geral da Justiça à época.

Prédio novo: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.⁴⁶



MADUREIRA

Fórum Desembargador Paulo Roberto de Azevedo Freitas

Avenida Ernani Cardoso, nº 152 – Cascadura

VALOR DA OBRA

O atual prédio do Fórum Regional de Madureira custou a importância de R\$ 16.827.364,56 (dezesesseis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)⁴⁷.

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

O Fórum Regional de Madureira, tendo funcionado “em prédio que anteriormente serviu como unidade hospitalar, cedido pelo Estado do Rio de Janeiro ao Judiciário, e após reforma parcial, foi inaugurado em 30 de setembro de 1981, com a instalação da 1ª Vara Cível, pelo então governador do estado, Antônio de Pádua Chagas Freitas e pelo presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Antônio Marins Peixoto. Estavam presentes à solenidade diversos magistrados,

entre eles o coordenador-geral das instalações, Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos (...)"⁴⁸.

O novo prédio do Fórum Regional de Madureira, inaugurado em 2007, tem quatro pavimentos e área construída de 11.192 m², em terreno de 4.574,38 m². A coordenação da obra ficou sob a responsabilidade de José Carlos Braga e da arquiteta Márcia Ferraz, ambos do "departamento de obras do Tribunal de Justiça"⁴⁹.

ATOS NORMATIVOS

O Decreto-Lei nº 396, de 29 de setembro de 1978, criou o Fórum Regional de Madureira.

A Resolução TJ/OE nº 41, de 27 de novembro 2006, nomeou o prédio do Fórum Regional de Madureira de "Fórum Desembargador Paulo Roberto de Azevedo Freitas".

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 30 de setembro de 1981.

Prédio novo: 16 de janeiro de 2007.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: em 1981, o então governador do estado, Antônio de Pádua Chagas Freitas, e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época, Desembargador Antônio Marins Peixoto.

Prédio novo: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sergio Cavalieri Filho.



MÉIER

Fórum Desembargador José Rodriguez Lema

Rua Aristides Caire, nº 53

VALOR DA OBRA

O atual prédio do Fórum Regional do Méier custou a importância de R\$ 21.990.873,02 (vinte e um milhões, novecentos e noventa mil, oitocentos e setenta e três reais e dois centavos).⁵⁰

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

“O Fórum Regional do Méier (...) foi solenemente instalado no dia 26 de dezembro de 1996 pelo presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, Desembargador José Lisboa da Gama Malcher, em prédio com área de 2.405 m², cedido pelo governador estadual ao Judiciário, e no qual funcionara anteriormente o Conselho Regional de Educação (...).”⁵¹

“Todavia, com o transcurso do tempo e o aumento das demandas judiciais, o antigo prédio tornou-se inadequado para a prestação dos serviços forenses, sendo necessária a edificação de novo prédio (...).”⁵² Dispondo de seis pavimentos com 14.611,47 m² de área edificada, em terreno de 3.712,62 m², foi inaugurado em 2007. José Carlos Braga e a arquiteta Cláudia Meirelles, “ambos do Departamento de Obras do Tribunal de Justiça”,⁵³ coordenaram a construção.

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 2.374, de 26 de dezembro de 1994, criou o Fórum Regional do Méier.

A Resolução TJ/OE nº 34, de 7 de novembro de 2006, nomeou o prédio do Fórum Regional do Méier de “Fórum Desembargador José Rodriguez Lema”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 26 de dezembro de 1996.

Prédio novo: 16 de janeiro de 2007.

QUEM INAUGUROU:

Prédio antigo: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador José Lisboa da Gama Malcher.

Prédio novo: o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época, Desembargador Sergio Cavalieri Filho.



PAVUNA

Fórum Desembargador Luiz Murillo Fábregas da Costa

Avenida Sargento de Milícias, s/nº

VALOR DA OBRA

O prédio custou a importância de R\$ 3.546.932,45 (três milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos).⁵⁴

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“A construção do Fórum Regional da Pavuna (...) iniciada em 17 de junho de 2003, foi concluída em 19 de setembro do mesmo ano. A sua inauguração e a instalação da 2ª Vara Cível Regional da Pavuna, pelos desembargadores Miguel Pachá, presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, e José Lucas Moreira Alves de Brito, corregedor-geral da Justiça, ocorreram em 23 de setembro de 2003. Até então, a 1ª Vara Cível e a 1ª Vara de Família funcionavam no prédio do Fórum Regional da Leopoldina (...).”⁵⁵

“O Fórum Regional da Pavuna, construído em terreno de 1.856,52 m², cedido pela prefeitura do Rio de Janeiro (...), apresenta dois pavimentos em área construída de 2.037,79 m² (...). As obras foram executadas, em 10 meses, pela firma Paulitec Construções Ltda. (...).”⁵⁶

“O edifício, todo empastilhado, possui elevadores para deficientes físicos, sistema de climatização central, geração de energia a gás e estacionamento para automóveis (...).”⁵⁷

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº. 3.603, de 11 de julho de 2001, criou o Fórum Regional da Pavuna.

A Resolução TJ/OE nº 14, de 23 de novembro de 2004, deu ao prédio do Fórum Regional da Pavuna o nome de “Fórum Desembargador Luiz Murillo Fábregas da Costa”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

23 de setembro de 2003.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Miguel Pachá, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e José Lucas Moreira Alves de Brito, corregedor-geral da Justiça à época.



SANTA CRUZ

Fórum Juiz Benedito Motta de Mello

Rua Olavo Bilac, s/nº

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum Regional de Santa Cruz (...) teve por fim descongestionar o trabalho do Fórum Central. Assim, além do Fórum Regional de Santa Cruz, foram criados inicialmente os de Campo Grande, Bangu, Madureira, Jacarepaguá e Ilha do Governador. O Fórum Regional foi instalado onde funcionava o Hospital Pedro II, pelo Governador do Estado Almirante Floriano Peixoto Faria Lima e pelo Desembargador Marcelo Santiago Costa, presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A instalação ocorreu em 17 de janeiro de 1979.”⁵⁸

“Para dar atendimento aos serviços forenses, o Tribunal de Justiça, pelo Departamento de Obras e Instalações, submeteu o referido prédio a substancial reforma, que teve início em 27 de janeiro de 2000, concluída em 13 de julho daquele mesmo ano, com o aumento considerável da área aproveitada, substituindo as instalações elétricas e hidráulicas, colocação de novos pisos e tetos (...).”⁵⁹

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 2085-A, de 5 de setembro de 1972, criou o Fórum Regional de Santa Cruz.

A Resolução nº 14, de 3 de agosto de 1995, atribuiu ao Fórum Regional de Santa Cruz a denominação de “Fórum Juiz Benedicto Motta de Mello”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

17 de janeiro de 1979.

Após a realização de substancial reforma, foi reinaugurado em 2000.

QUEM INAUGUROU

O então governador do estado, Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época, Desembargador Marcelo Santiago Costa.

Após a ampla reforma do prédio, houve sua reinauguração pelo então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Humberto de Mendonça Manes.



COMARCAS DO INTERIOR



ANGRA DOS REIS

Praça Marquês de Tamandaré, nº 156 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O prédio do Fórum de Angra dos Reis apresenta linhas simples e dispõe de boas acomodações. Inaugurado em 1978, foi submetido, duas décadas depois, a uma significativa reforma.⁶⁰

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833.

Extinção da comarca: Lei nº 604, de 7 de setembro de 1904.

Restauração da comarca: Lei nº 740, de 29 de setembro de 1906.

A Lei nº 1.209, de 22 de outubro de 1987, elevou a comarca à categoria de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

DATA DE INAUGURAÇÃO DO PRÉDIO

06 de janeiro de 1978.

Foi reinaugurado em 09 de janeiro de 1998.

QUEM INAUGUROU

Foi inaugurado pelos desembargadores Marcelo Santiago Costa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Júlio Alberto Alvares, corregedor-geral da Justiça à época, e pelo Juiz Nelson Caetano da Silva, titular da comarca.⁶¹

Foi reinaugurado na administração do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época, Desembargador Thiago Ribas Filho.



ARARUAMA

Fórum Dr. Bernardo José da Fonseca Vasconcellos

Avenida Getulio Vargas, nº 59 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“A construção do Fórum de Araruama, iniciada em 1969, foi concluída em 1973, no governo de Raimundo Padilha, sendo secretário de Interior e Justiça o Dr. Evaldo Saramago Pinheiro e secretário de Obras e Serviços Públicos o Dr. Valdir Ramos da Costa (...).”⁶²

“Na administração do Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, recebeu o prédio acréscimo superior à área até então existente, graças ao empenho do corregedor-geral da Justiça, Desembargador Paulo Gomes da Silva Filho (...).”⁶³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei Provincial nº 1.637, de 30 de novembro 1871.

Extinção da comarca: Lei nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Lei nº 1.183, de 6 de janeiro de 1913.

A Lei nº 1.916, de 18 de dezembro de 1991, elevou a comarca de Araruama à categoria de 2ª entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

A Lei nº 7.198, de 9 de julho de 1973, atribuiu o nome de Dr. Bernardo José da Fonseca Vasconcelos ao Fórum de Araruama.

DATA DE INAUGURAÇÃO DO PRÉDIO

Inaugurado em 1973 e reinaugurado, após a realização de obra de ampliação, em 13 de dezembro de 2002.

QUEM INAUGUROU

A construção do prédio foi concluída no governo de Raimundo Padilha.⁶⁴

A obra de ampliação do prédio foi inaugurada na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver.



ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

Rua Dois s/nº – Estrada da Usina – Centro

VALOR DA OBRA

R\$ 2.316.019,63 (dois milhões, trezentos e dezesseis mil, dezenove reais e sessenta e três centavos).⁶⁵

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da Comarca de Armação dos Búzios, em estilo colonial com detalhes nos frontões e forte inclinação do telhado, projeto de João Paulo Façanha, teve a sua construção iniciada em 25 de fevereiro de 2002 e concluída em 21 de novembro do mesmo ano, pela Paulitec Construções LTDA., com sede na Vila Mariana, São Paulo, com um pavimento com área construída de 1.451,76 m² em terreno de 3.653,00 m² (...)”.⁶⁶

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.229, de 14 de julho de 1999, que a classificou como comarca de primeira entrância.

O atual CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

DATA DE INAUGURAÇÃO DO PRÉDIO

06 de dezembro de 2002.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver e Paulo Gomes da Silva Filho, respectivamente presidente e corregedor-geral da Justiça à época.



ARRAIAL DO CABO

Fórum Desembargador Roque Batista dos Santos

Rua José Pinto de Macedo, s/nº – Prainha

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“Para a instalação da comarca de Arraial do Cabo, em 23 de setembro de 1994, foi utilizado, a título de locação, o prédio sito à Rua José Pinto de Macedo s/nº, Loteamento Prainha, o qual recebeu as devidas adaptações para a execução dos trabalhos forenses. Em 2 de maio de 2000, foi o prédio submetido a uma considerável reforma, concluída em 30 de setembro do mesmo ano, sob a supervisão do Departamento de Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.”⁶⁷

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 2.316 de 22 de setembro de 1994, que a classificou como comarca de primeira entrância.

O atual CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 37, de 7 de novembro de 2011, atribuiu ao prédio a denominação de “Fórum Desembargador Roque Batista dos Santos”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

A comarca foi solenemente instalada em 23 de novembro de 1994 no prédio do Fórum.⁶⁸

QUEM INAUGUROU

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Antônio Carlos Amorim.



BARRA DO PIRAÍ

Rua Professor José Antônio Maia Vinagre, nº 155 – Matadouro

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

“O antigo prédio do Fórum da comarca de Barra do Piraí, atualmente Fórum nº 1, recebeu o nome do ilustre magistrado Zótico Antunes Baptista. Com o transcurso do tempo, tornando-se o imóvel acanhado para dar atendimento aos serviços forenses, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na administração do Desembargador Thiago Ribas Filho, fez construir na próspera cidade de Barra do Piraí o Fórum nº 2, projetado pela arquiteta Maria Alice Fernandes.”⁶⁹

O Fórum nº 2 é “dotado de amplas e excelentes instalações”.⁷⁰

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 57, de 10 de março de 1890.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 43-A, de 1º de março de 1893.

Extinção da comarca: Decreto nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Decreto nº 681, de 28 de março de 1901.

A Lei nº 1.209, de 22 de outubro de 1987, classificou-a como comarca de 2ª entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

O Decreto nº 11.100, de 18 de dezembro de 1963, atribuiu o nome do Desembargador Zótico Antunes Batista ao Fórum nº 1 de Barra do Pirai.⁷¹

DATAS DE INAUGURAÇÃO DOS PRÉDIOS

Fórum nº 1: 1951.

Fórum nº 2: 30 de novembro de 1999.

QUEM INAUGUROU

Fórum nº 1: o Governador do antigo Estado do Rio de Janeiro Edmundo de Macedo Soares e Silva.

Fórum nº 2: o Juiz Reinaldo Moreira Glioche, diretor do Fórum, presidiu a solenidade, e a placa de inauguração foi descerrada pelos desembargadores Thiago Ribas Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, corregedor-geral da Justiça à época.⁷²



BARRA MANSA

Fórum Desembargador Ary Pena Fontenelle

Rua Argemiro de Paula Coutinho, nº 2.000 , Bárbara – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

Prédio antigo: “O prédio do Fórum de Barra Mansa teve suas obras concluídas em 1982 e foi solenemente instalado em 6 de dezembro de 1982 (...).”⁷³

Prédio novo: “Com a inauguração do fórum da comarca em 27 de outubro de 2005, na Rua Argemiro de Paula Coutinho, nº 200, o imóvel acima foi cedido ao Legislativo do município, onde passou a realizar os seus trabalhos.”⁷⁴

O projeto do novo prédio, com área de 9.419,17 m² e quatro pavimentos, “teve a aprovação na administração do Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, o início da construção na do Desembargador Miguel Pachá e a sua conclusão na do Desembargador Sérgio Cavalieri Filho (...).”⁷⁵

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei Provincial nº 2.005, de 4 de maio de 1874.

Extinção da comarca: Decreto nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Decreto nº 681, de 28 de março de 1901.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

A Resolução TJ/OE nº 10, de 28 de julho de 2005, deu ao prédio do Fórum de Barra Mansa o nome de “Desembargador Ary Penna Fontenelle”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 6 de dezembro de 1982.

Prédio novo: 27 de outubro de 2005.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: foi solenemente instalado com a presença, entre outras autoridades, do governador do Estado Dr. Antônio de Pádua Chagas Freitas e do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Francisco Rangel de Abreu.⁷⁶

Prédio novo: na inauguração, estiveram presentes, entre outras autoridades, o Desembargador Sérgio Cavalieri Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e o Desembargador Manoel Carpena Amorim, à época corregedor-geral da Justiça.⁷⁷



BELFORD ROXO

Fórum Desembargador Mário Rebello de Mendonça Filho

Avenida Joaquim Costa Lima, s/nº – São Bernardo

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$ 8.035.011.03 (oito milhões, trinta e cinco mil, onze reais e três centavos).⁷⁸

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “Como o prédio do Fórum da comarca de Belford Roxo não havia sido projetado e construído com esse propósito, o Tribunal de Justiça, ao adquiri-lo, firmou contrato, por intermédio de seu presidente, Desembargador Thiago Ribas Filho, com a firma ENGESAN, a fim de reformá-lo e adaptá-lo, de modo a dar condições de trabalho satisfatórias a todos os que ali

fossem desempenhar suas funções e prestar atendimento condigno aos que procurassem a justiça em busca de seus direitos.

A comarca de Belford Roxo foi solenemente instalada em 26 de agosto de 1997(...)."⁷⁹

Prédio novo: "O prédio do Fórum de Belford Roxo, situado na Rua Joaquim da Costa Lima, nº 1.415, bairro Centenário, neste município, foi construído pela firma Santa Barbara Engenharia S.A., que deu início aos trabalhos em 30 de agosto de 2002, concluindo-os em 23 de janeiro de 2004, e inaugurado em 6 de abril de 2004 (...) O prédio, todo empastilhado e com piso de granito, tem três pavimentos e área construída de 5.719,02 m² em terreno de 5.615,45 m² (...), sob a supervisão do Departamento de Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro."⁸⁰

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 2.395, de 5 de maio de 1995, que a classificou como comarca de segunda entrância.

O atual CODJERJ a classifica como comarca de entrância especial (art. 13).

A Resolução TJ/OE nº 4, de 22 de março de 2004, deu ao novo prédio do Fórum de Belford Roxo o nome de "Fórum Desembargador Mário Rebello de Mendonça Filho".

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 26 de agosto de 1997.

Prédio novo: 6 de abril de 2004.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: os desembargadores Thiago Ribas Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, corregedor-geral da Justiça à época.

Prédio novo: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Miguel Pachá.



BOM JARDIM

Avenida Governador Roberto Silveira, nº 160 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio onde funciona o Fórum da comarca de Bom Jardim (...) teve a sua construção iniciada em 1948 e concluída no ano seguinte, no governo do Coronel Edmundo Macedo Soares Silva, sendo secretário de Obras e Serviços Públicos o Engenheiro Bento Santos de Almeida, e diretor do Departamento de Engenharia o Engenheiro Carlos F. de Areia Leão. Em 1978, durante o governo de Floriano Peixoto Faria Lima, foi concluída uma reforma no prédio, estando na presidência do Egrégio Tribunal de Justiça o Desembargador Marcelo Santiago Costa. O secretário estadual de Justiça à ocasião era Lauro de Almeida Carmargo, e o diretor-presidente da EMOP, o Engenheiro Hugo de Mattos Santos.

Em 2001, realizou-se nova reforma no Fórum, custeada pelo Fundo Judiciário e levada a efeito pelo Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (...).”⁸¹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 1.839, de 23 de agosto de 1921.

Extinção da comarca: Lei nº 2.164, de 7 de novembro de 1927.

Restauração da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

DATAS DE INAUGURAÇÃO DO PRÉDIO

Agosto de 1950.⁸²

1ª Reforma: 1978.

2ª Reforma: 21 de setembro de 2001.

QUEM INAUGUROU

O então governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, Edmundo Macedo Soares Silva.

A primeira reforma do prédio ocorreu no governo de Floriano Peixoto Faria Lima, quando era presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro o Desembargador Marcelo Santiago Costa.

A segunda reforma do edifício foi inaugurada pelo então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver.



BOM JESUS DO ITABAPOANA

Fórum Juiz José Ronaldo do Canto Cyrillo

Avenida Olímpica, nº 478 – Centro

VALOR DA OBRA

Prédio antigo (Rua Expedicionário Paulo Moreira, nº 9): seu custo, entre obras e móveis, foi orçado em cerca de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos).⁸³

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédios antigos: “O Fórum de Bom Jesus do Itabapoana funcionou inicialmente no palacete pertencente ao Sr. Malvino Rangel, que o alienara ao Estado em 1940, quando da instalação do termo, sendo a compra autorizada pelo Decreto-Lei nº 1.695, de 30 de julho de 1946. Transcorridas algumas décadas, por

não contar com área suficiente para atender aos trabalhos forenses, o palacete foi demolido em 1969, sendo construído em seu lugar o edifício situado à Rua Expedicionário Paulo Moreira nº 9 (...).⁸⁴

PRÉDIO NOVO

“Trinta e um anos mais tarde, com a elevação da comarca à segunda entrância, não mais comportando o antigo prédio os serviços forenses de três varas e dois juizados especiais adjuntos, um cível e outro criminal, foi construído o atual edifício do Fórum, à Avenida Olímpica, nº 478, em terreno doado pela municipalidade ao Poder Judiciário e adquirido do espólio de Alzira Sauma Saad. Concluído no prazo de dez meses pela firma Paulitec Ltda., com sede em São Paulo, a obra foi inaugurada em 31 de outubro de 2001, tendo sido mantido para o Fórum o nome do Juiz José Ronaldo do Canto Cyrillo, dado pela Resolução nº 04/92, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Dotado de área construída superior a 2.000 m², o prédio conta com estacionamento para aproximadamente cinquenta veículos, arquivo externo, casa de força, moradia para o zelador e cantina (...).⁸⁵

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 280, de 6 de julho de 1891.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943.

A Lei nº 3.010, de 17 de julho de 1998, elevou a comarca à categoria de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

A Resolução TJ/OE nº 4, de 4 de dezembro de 1992, denominou “Fórum Dr. José Ronaldo do Canto Cyrillo” o edifício do Fórum de Bom Jesus do Itabapoana.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo (Rua Expedicionário Paulo Moreira, nº 9): 25 de fevereiro de 1970.

Prédio novo (Av. Olímpica nº 478): 31 de outubro de 2001.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo (Rua Expedicionário Paulo Moreira, nº 9): o Governador Gernias de Matos Fontes e o Desembargador Alcides Carlos Ventura, então presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo (Av. Olímpica, nº 478): foi inaugurado na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver.



CABO FRIO

Fórum Desembargador Roberto Maron

Rua Ministro Gama Filho, s/nº – Braga

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais).⁸⁶

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O antigo Fórum da comarca de Cabo Frio, situado à Praça Tiradentes, s/nº, foi construído no governo de Raimundo Padilha (...).”⁸⁷

“(...) O prédio recebeu o nome do Juiz João Gonçalves da Fonte, em reconhecimento ao trabalho desempenhado pelo eminente magistrado durante longos anos naquela comarca.”⁸⁸

Prédio novo: o novo edifício do Fórum da comarca de Cabo Frio, situado na Rua Ministro Gama Filho, s/nº, foi construído pela empresa Paulitec Construções Engenharia Ltda.. Com 11.108,02 m² de área, constitui-se no maior prédio

edificado na administração do Desembargador Miguel Pachá, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.⁸⁹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 14, de 13 de abril de 1835.

A Lei nº 1.209, de 22 de outubro de 1987, classificou-a como comarca de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

A Resolução nº 9, de 28 de julho de 2005, atribuiu o nome de “Desembargador Roberto Maron” ao prédio do Fórum da comarca de Cabo Frio.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 5 de outubro de 1974.

Prédio novo: 28 de janeiro de 2005.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Desembargador Plínio Pinto Coelho, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo: foi inaugurado na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Miguel Pachá.



CACHOEIRAS DE MACACU

Fórum Desembargador Braz Felício Panza

Rua Dalmo Coelho Gomes, nº 1 – Betel

VALOR DA OBRA

Prédio antigo: o terreno foi avaliado em 10 contos de réis no ano de 1931.

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O Fórum da comarca de Cachoeiras de Macacu foi edificado em terreno desmembrado da propriedade denominada Campo do Prado e doado à municipalidade para esse fim por Manuel Diz Matinez e sua mulher, Rosina Bernardes Matinez (...).”⁹⁰

“O prédio, construído no início da década de 30, em estilo eclético, tem dois pavimentos, (...) inaugurado em 1933 pelo interventor Ary Parreiras,

quando era prefeito do município Álvaro Leitão da Cunha e Juiz do termo Achilles Carreira Lassance.”⁹¹

Prédio novo: o novo edifício do Fórum de Cachoeiras de Macacu ocupa uma área de aproximadamente 5.000 m², em terreno cedido pelo município.⁹² A pedra fundamental do prédio foi lançada na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sérgio Cavallieri Filho,⁹³ com inauguração na administração do Desembargador Luiz Zveiter.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 280, de 6 de julho de 1891.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

Extinção da comarca: Decreto-Lei nº 641, de 15 de dezembro de 1938.

Restauração da comarca: Lei nº 3.836, de 12 de dezembro de 1957.

A Lei Estadual nº 3.849, de 3 de junho de 2002, elevou a comarca à categoria de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

A Lei nº 7.603, de 27 de novembro de 1974, atribuiu o nome de “Braz Felício Panza” ao Fórum de Cachoeiras de Macacu.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 1933.

Prédio novo: 9 de julho de 2010.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o interventor Ary Parreiras.

Prédio novo: o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época, Desembargador Luiz Zveiter.



CAMBUCCI

Fórum Oscar Baptista da Silva

Rua Maria Jacob, nº 134 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“A edificação do prédio do Fórum da comarca de Cambuci (...) resultou da permissão da prefeitura ao estado para se construir no referido terreno o Grupo Escolar Ernesto Paiva, inaugurado em 7 de dezembro de 1927.

Desde a reinstalação do termo, em 1914, e da comarca, em 1921, utilizava-se o Judiciário do prédio da prefeitura para a prestação dos trabalhos forenses. Entretanto, a partir do início da década de 1970, devido ao crescimento dos dois setores públicos, produziram-se condições de inviabilidade para que ali continuasse o Judiciário. Assim, estando o prédio do referido grupo escolar desativado há alguns anos, o então presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte, oficiou ao Governador Raimundo Padilha em 4 de março de 1973, solicitando-lhe a cessão do uso daquele imóvel ao Poder Judiciário, a fim

de que nele fosse instalado o Fórum da comarca de Cambuci, o que mereceu a aprovação do chefe do Executivo estadual, em despacho exarado no próprio ofício no dia 24 de abril do mesmo ano e publicado no dia seguinte.

Após ser submetido a uma reforma para fins de adaptação à finalidade a que se propunha, passou o prédio a servir ao Judiciário naquela comarca. Entretanto, em virtude do desgaste natural pela ação do tempo, outra reforma foi provida, um quarto de século mais tarde, sob a supervisão do juiz da comarca, José Ricardo Ferreira de Aguiar (...).⁹⁴

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 280, de 6 de julho de 1891.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Decreto nº 1.840, de 22 de setembro de 1921.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

O Decreto nº 16.131, de 23 de agosto de 1973, do governador do antigo Estado do Rio de Janeiro Raimundo Padilha, deu ao Fórum de Cambuci o nome de “Dr. Oscar Baptista da Silva”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Foi inaugurado em 7 de dezembro de 1927, a fim de abrigar o Grupo Escolar Ernesto Paiva. Na década de 1970, após a realização de reformas, tornou-se o prédio do Fórum da comarca de Cambuci, que, até então, funcionava no edifício da prefeitura local.

Após a realização de novas reformas, o prédio foi reinaugurado em 19 de agosto de 1999.

QUEM INAUGUROU

Na reinauguração do prédio, estiveram presentes os desembargadores Humberto de Mendonça Manes e Ellis Hermydio Figueira, respectivamente presidente e 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, à época.



CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fórum Juíza Maria Tereza Gusmão de Andrade

Avenida 15 de Novembro, nº 289 – Centro

VALOR DA OBRA

Prédio antigo 2: oitocentos contos de réis.⁹⁵

Prédio novo: R\$ 22.257.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos e cinquenta e sete mil reais).⁹⁶

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo 1: “O Fórum de Campos dos Goytacazes funcionou por muitos anos, até 1888, num prédio de dois pavimentos, que abrigava no térreo a cadeia pública e, na parte superior, o Fórum e a Câmara. Situava-se em frente à Santa Casa, na Praça São Salvador, e a sua demolição teve início em 25 de maio de 1889 (...).”⁹⁷

Prédio antigo 2: o antigo edifício do Fórum de Campos dos Goytacazes, “um dos mais majestosos edifícios do gênero no país, foi projetado pelo engenheiro e arquiteto Pedro Campofiorito, com a colaboração do laureado arquiteto José Benevento. A construção, em terreno doado pela municipalidade local, foi iniciada no governo de Raul Veiga, consoante a Deliberação nº 202, de 17 de julho de 1919 (...).”⁹⁸

O edifício ostentava o nome de Nilo Peçanha.⁹⁹

No decorrer de décadas, “o prédio recebeu algumas restaurações, entre elas a executada em 1974, na administração do Juiz Antônio Sampaio Peres, então diretor do Fórum”.¹⁰⁰

Prédio novo: “A construção do prédio da comarca de Campos dos Goytacazes, projeto do arquiteto José Carlos M. Braga, está assentada em terreno de 17.957,40 m², com área construída de 10.600,01 m² (...).”¹⁰¹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833.

A Lei nº 2.930, de 4 de maio de 1998, elevou a comarca à categoria de entrância especial, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 13).

A Resolução TJ/OE nº 40, de 27 de novembro de 2006, nomeou o prédio do Fórum de Campos dos Goytacazes de “Fórum Juíza Maria Tereza Gusmão de Andrade”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo 2: 11 de março de 1935.

Prédio novo: 24 de janeiro de 2007.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo 2: foi inaugurado no governo do interventor Ary Parreiras, em solenidade presidida pelo Juiz Álvaro Ferreira Pinto.

Prédio novo: os desembargadores Sérgio Cavalieri Filho e Luiz Zveiter, respectivamente presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e corregedor-geral da Justiça, à época.



CANTAGALO

Fórum Desembargador Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães

Praça João XXIII, nº 256 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da comarca de Cantagalo, em estilo colonial, constitui, com outros prédios, harmonioso conjunto arquitetônico que compõe a Praça João XXIII, a mais importante da cidade. A sua construção, determinada pelo presidente da província João Pereira Darig Faro, teve início em 9 de junho de 1852, sob a supervisão do chefe interino do 6º Distrito de Obras Públicas. Recebeu o nome de seu ilustre filho Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães.”¹⁰²

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

O Decreto nº 16.128, de 22 de agosto de 1973, atribuiu ao edifício do Fórum de Cantagalo o nome de “Desembargador Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães”.¹⁰³

DATA DE INAUGURAÇÃO

1890.



CARAPEBUS – QUISSAMÃ

Estrada do Correio Imperial, nº 1.003 – Piteiras – Quissamã

VALOR DA OBRA

R\$ 1.621.352,48 (um milhão, seiscentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos).¹⁰⁴

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum da comarca de Carapebus-Quissamã, projetado pela arquiteta Rosely Capechi Marinheiro, foi edificado pela Construtora Glória Ltda., com sede em Vitória, na Avenida Nadir Lopes França, nº 48, Santa Lúcia, sob a supervisão do Departamento Geral de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.”¹⁰⁵

“Dotado de um pavimento, tem 3.550 m² de área construída em terreno cedido pela municipalidade (...).”¹⁰⁶

“Com a parte externa revestida de pastilhas e piso de granito (...). Dispõe de Tribunal do Júri, salas de audiências, gabinetes para juízes, promotores e

defensores públicos, advogados, psicólogos e assistentes sociais, cantina, carceragem e estacionamento para veículos.”¹⁰⁷

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.414, de 20 de maio de 2000.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

13 de agosto de 2003.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Miguel Pachá, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e José Lucas Moreira Alves de Brito, corregedor-geral da Justiça à época, e os prefeitos Otávio Carneiro da Silva, do município de Quissamã, e Eduardo Nunes Cordeiro, do município de Carapebus.



CARMO

Fórum Luiz Fernandes da Silva Porto

Alameda Galeano Magalhães, nº 110 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O atual Fórum da comarca de Carmo, construído no governo de Raimundo Padilha pela CEMACO Ltda., firma com sede em Bom Jesus do Itabapoana, sob a direção de Carlos Borges Garcia, foi solenemente inaugurado no dia 12 de outubro de 1973 pelo desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte, presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O prédio, projetado em linhas simples, com dois pavimentos, tem área adequada para acolher o Tribunal do Júri, o Juízo Único, o cartório, a promotoria e a defensoria pública, dispondo ainda de salas para assistente social e advogados (...).”¹⁰⁸

“Quase próximo a completar 29 anos, o prédio do Fórum da comarca de Carmo foi submetido a substancial reforma, iniciada em 26 de novembro de 2001 e concluída em 6 de agosto de 2002. Os trabalhos foram executados pelo Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (...).”¹⁰⁹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 8, de 12 de dezembro de 1889.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 43-A, de 1º de março de 1893.

Extinção da comarca: Decreto nº 867, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Lei nº 740, de 29 de setembro de 1906.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Lei nº 7.363, de 4 de janeiro de 1974, atribuiu o nome de Luiz Fernandes da Silva Porto ao prédio do Fórum de Carmo.

DATA DE INAUGURAÇÃO

12 de outubro de 1973.

QUEM INAUGUROU

O Desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.



CASIMIRO DE ABREU

Fórum Felipe Nery de Carvalho

Rua Waldenir Heringer da Silva, nº 600 – Sociedade Fluminense

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais).¹¹⁰

HISTÓRICO DO PRÉDIO

Prédio antigo: “O Fórum de Casimiro de Abreu, antigo prédio do Grupo Escolar daquele município de linhas sóbrias e harmoniosas, foi cedido ao Poder Judiciário pelo Poder Executivo. Em 31 de outubro de 1988, foi quase destruído por um incêndio (...). A recuperação do Fórum ocorreu no ano imediato, na administração do Desembargador Pedro Américo Rios Gonçalves (...). Dez anos mais tarde, em 1º de fevereiro de 2001, foi o prédio submetido a outra reforma, concluída em 2 de maio de 2001, com pintura externa e recuperação de pisos, forros e telhados.”¹¹¹

Prédio novo: “As instalações contam com uma área de 4.536 m².”¹¹² O prédio ostenta o nome do oficial de justiça Fellipe Nery de Carvalho, funcionário considerado exemplar na comarca.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 8, de 5 de maio de 1890.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

Extinção da comarca: Lei nº 2.684, de 24 de novembro de 1931.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 24 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 32, de 17 de outubro de 2011, deu o nome de “Fórum Fellipe Nery de Carvalho” ao novo prédio do Fórum de Casimiro de Abreu.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo reformado: reinaugurado em 17 de janeiro de 1991.

Prédio novo: 21 de outubro de 2011.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo reformado: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Pedro Américo Rios Gonçalves.

Prédio novo: o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.



CONCEIÇÃO DE MACABU

Rua Fued Antônio, nº 8 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum de Conceição de Macabu (...) foi construído no governo do Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, então interventor (...).”¹¹³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

Dezembro de 1978.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Marcelo Santiago Costa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Júlio Alberto Alvares, corregedor-geral da Justiça à época.



CORDEIRO

Fórum Escrivão Wagner Veitas

Avenida Raul Veiga, nº 157 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum da comarca de Cordeiro, com dois pavimentos, (...), no local onde existia a antiga estação de carga da Estrada de Ferro Leopoldina, foi edificado no governo de Geremias de Matos Fontes pela firma Cemaco Ltda., com sede no município de Bom Jesus do Itabapoana, sob a direção de Carlos Borges Garcia. À ocasião, o secretário de Interior e Justiça e o de Obras e Serviços Públicos eram, respectivamente, Ewaldo Saramago Pinheiro e Waldir Ramos da Costa.”¹¹⁴

“Trinta anos mais tarde, o prédio foi submetido a substancial reforma, executada pelo Departamento de Obras do Tribunal de Justiça (...).”¹¹⁵

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 7, de 22 de maio de 1996, atribuiu ao Fórum de Cordeiro o nome de “Fórum Escrivão Wagner Vieitas”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

1972.

QUEM INAUGUROU

O governador Raimundo Padilha e o presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Amaro Martins de Almeida.



DUAS BARRAS

Fórum Barão de Aquino

Rua Dr. Modesto de Mello, nº 10 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“Inicialmente o terreno foi destinado a uma escola municipal por doação feita à municipalidade pelo Coronel João de Aquino Pinheiro, Barão de Aquino. Com a construção do Grupo Escolar Almirante Protógenes Guimarães, o prédio passou, no início da década de 1940, a servir como delegacia de polícia. Posteriormente, com a transferência que o prefeito daquela cidade fez ao Estado do Rio de Janeiro, é construído no local o prédio do Fórum.”¹¹⁶

“O prédio do Fórum de Duas Barras foi construído em 1973, no governo de Raymundo Padilha, sendo Secretário do Interior e Justiça Pedro Raimundo de Magalhães, Secretário de Obras Waldir Ramos da Costa.”¹¹⁷

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

Extinção da comarca: Decreto nº 2.684, de 24 de novembro de 1931.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica coo comarca de primeira entrância (art. 14).

O Decreto nº 16.229, de 12 de novembro de 1973, deu o nome de Barão de Aquino ao Fórum de Duas Barras.

DATA DE INAUGURAÇÃO

1973.

QUEM INAUGUROU

Foi construído no governo de Raimundo Padilha.



DUQUE DE CAXIAS

Rua General Dionísio, nº 764 – Jardim Vinte e Cinco de Agosto

VALOR DA OBRA

Anexo do Fórum: orçado em aproximadamente R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).¹¹⁸

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O Fórum nº 1 da comarca de Duque de Caxias recebeu o nome do brilhante e emérito professor Oscar Przewodowski (...).”¹¹⁹ Situava-se na Rua Roberto Silveira s/nº.

Prédio novo: “No dia 6 de setembro de 2002 (...) foi solenemente inaugurado o Fórum nº 2 da comarca de Duque de Caxias, sito à Rua General Dionísio nº 764. A construção, a cargo do Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça, foi realizada em um ano. Com 6.985 m² de área edificada em um terreno de 14.500 m², cedido pela prefeitura do município ao Tribunal de Justiça (...).”¹²⁰ O projeto é de autoria dos arquitetos Márcio Nunes e Márcia Helena Valle da Costa Ferraz.

Anexo do Fórum: “O prédio (...) tem uma área total de 5.300 metros quadrados e quatro pavimentos.”¹²¹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto-Lei nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943, que a classificou como comarca de segunda entrância.

A Lei nº 2.930, de 5 de maio de 1998, elevou a comarca à categoria de entrância especial, situação mantida pelo atual CODJERJ (art.13).

A Lei nº 5.601, de 21 de outubro de 1965, atribuiu ao antigo prédio do Fórum o nome do professor Oscar Przewodwski.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio novo: 6 de setembro de 2002.

Anexo do Fórum: 27 de novembro de 2006.

QUEM INAUGUROU

Prédio novo: os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver e Paulo Gomes da Silva Filho, respectivamente presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e corregedor-geral da Justiça, à época, e o então prefeito municipal José Camilo Zito.

Anexo do Fórum: os desembargadores Sérgio Cavalieri Filho e Luiz Zveiter, respectivamente presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e corregedor-geral da Justiça, à época.



ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

Fórum Desembargador Antônio José Ribeiro de Freitas Júnior

Rodovia Luciano Medeiros, nº 568 – Centro

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “Logo que instalada a comarca, o Fórum de Engenheiro Paulo de Frontin passou a funcionar em imóvel adaptado para a realização dos trabalhos forenses, situado na Praça Roger Malhardes nº 32, ali permanecendo até 23 de novembro de 1974, quando um incêndio ocorrido durante a madrugada consumiu o prédio, ocasionando a perda de todo o arquivo da comarca (...).”¹²²

Prédio novo: “Após um lustro, foi a comarca brindada com belo e funcional prédio, construído na administração do governador Antônio de Pádua Chagas Freitas (...).”¹²³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 1.079, de 19 de junho de 1968.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

O Ato de 3 de outubro de 1980 atribuiu o nome do Desembargador Antônio José Ribeiro de Freitas Júnior ao prédio do Fórum.

DATA DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 5 de janeiro de 1972.

Prédio novo: 3 de outubro de 1980.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Governador Raimundo Padilha e o Desembargador Enéas Marzano, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo: foi inaugurado na administração do Governador Antônio de Pádua Chagas Freitas, sendo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro o Desembargador Carlos Luiz Bandeira Stampa.



GUAPIMIRIM

Estrada Imperial, s/nº – Bananal

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum da comarca de Guapimirim, com um pavimento e área construída de 964,99 m² em terreno de 1.095 m², cedido pela municipalidade, foi edificado a partir da administração do Desembargador Humberto de Mendonça Manes pela firma Proctor Engenharia Ltda., obedecendo a projeto da arquiteta Rosina Santana (...).”¹²⁴

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3. 216, de 27 de maio de 1999, que a classificou como comarca de primeira entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

27 de julho de 2001.

QUEM INAUGUROU

O prédio foi inaugurado em solenidade na qual estiveram presentes os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, José Lucas Moreira Alves de Brito, Wilson Santiago Mesquita de Melo e Paulo Gomes da Silva Filho, respectivamente presidente, 1º e 2º vice-presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e corregedor-geral da Justiça, à época.



IGUABA GRANDE

Avenida Paulino Rodrigues de Souza, nº 2.001 – Centro

VALOR DA OBRA

No PAG 2010-2014, o valor previsto para a construção do novo edifício, ainda não inaugurado, foi de R\$ 9.758.929,30 (nove milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta centavos).¹²⁵

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum de Iguaba Grande funciona, desde 22 de janeiro de 1999, em prédio (...) locado pela municipalidade e cedido ao Poder Judiciário para a realização dos trabalhos forenses.”¹²⁶

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.012, de 17 de julho de 1998, que a classificou como comarca de primeira entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 11, de 10 de março de 2014, deu ao novo prédio do Fórum de Iguaba Grande, ainda não inaugurado, o nome de “Fórum Juiz Carlos Alfredo Flores da Cunha”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

22 de janeiro de 1999.

QUEM INAUGUROU

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Thiago Ribas Filho.



ITABORAÍ

Fórum Desembargador Adolpho Alberto Ribeiro

Avenida Vereador Hermínio Moreira s/nº – Centro

VALOR DA OBRA

Prédio antigo 2: R\$ 1.683.074,30 (um milhão, seiscentos e oitenta e três mil, setenta e quatro reais e trinta centavos).¹²⁷

Prédio novo: R\$ 45.393.447,62 (quarenta e cinco milhões, trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos).¹²⁸

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo 1: O antigo prédio do Fórum da comarca de Itaboraí, “de estilo colonial, data sua construção aproximadamente dos meados da década de 1830, logo após a instalação da comarca, estando situado na Praça Marechal Floriano Peixoto (...).”¹²⁹

Prédio antigo 2: O prédio situado à Rua Prefeito Álvaro de Carvalho Júnior nº 732, que também abrigou o Fórum da comarca de Itaboraí, começou a ser construído em 14 de julho de 1997, na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador José Lisboa da Gama Malcher, prosseguindo as obras nas duas administrações seguintes.¹³⁰

O edifício apresenta dois pavimentos, com área construída de 2.023,38 m² em terreno de 3.186,64 m².¹³¹ A autoria do projeto é do arquiteto Cláudio Erven.¹³²

Prédio novo: a construção do atual prédio do Fórum da comarca de Itaboraí começou em novembro de 2011, na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.

Dispondo de seis pavimentos e edificado em terreno de 10.545,20 m², o prédio apresenta área total construída de 11.058,42 m². Em seu entorno, situam-se as edificações de apoio ao prédio principal, tais como guarita, subestação e reciclagem, além de área de reflorestamento que protege um olho d'água.¹³³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833.

Extinção da comarca: Decreto nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Lei nº 740, de 29 de setembro de 1906.

Extinção da comarca: Decreto nº 641, de 15 de dezembro de 1938.

Restauração da comarca: Decreto-Lei nº 1.429, de 12 de janeiro de 1952.

A Lei nº 272, de 7 de novembro de 1979, classificou-a como comarca de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

A Resolução TJ/OE nº 13, de 18 de outubro de 2004, deu ao prédio do Fórum da comarca de Itaboraí, situado à Rua Prefeito Álvaro de Carvalho Júnior nº 732, o nome de “Fórum Desembargador Adolphino Alberto Ribeiro”.

A Resolução TJ/OE nº 33, de 2 de setembro de 2013, retificada pelo Ato SN1, do dia 26 do mesmo mês e ano, manteve a denominação do prédio do Fórum da comarca de Itaboraí, situado à Avenida Vereador Hermínio Moreira s/nº, Centro, de “Fórum Desembargador Adolphino Alberto Ribeiro”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo 2: 14 de março de 2000.

Prédio novo: 25 de julho de 2014.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo 2: os desembargadores Humberto de Mendonça Manes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, 1º vice-presidente do referido tribunal, à época.

Prédio novo: a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano.



ITAGUAÍ

Fórum Desembargador Cyro Olympio da Matta

Rua General Bocaiúva, nº 424 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum da comarca de Itaguaí foi concluído em 1974, no governo de Raimundo Padilha, sendo secretário de Obras e Serviços Públicos Valdir Ramos da Costa, e solenemente inaugurado no mesmo ano (...).”¹³⁴

“No período de 11 de maio de 1998 a 18 de janeiro do ano seguinte, passou o prédio por substancial reforma e ampliação (...).”¹³⁵

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 2.243, de 29 de setembro de 1877.

Extinção da comarca: Lei nº 643, de 7 de setembro de 1904.

Restauração da comarca: Lei nº 1.804, de 12 de janeiro de 1924.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

O Decreto nº 16.419, de 8 de julho de 1974, atribuiu ao Fórum de Itaguaí o nome do Desembargador Ciro Olympio da Matta.

DATA DE INAUGURAÇÃO

1974.

Prédio reformado e ampliado: 26 de janeiro de 1999.

QUEM INAUGUROU

O Governador Raimundo Padilha e o presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Plínio Pinto Coelho.

Prédio reformado e ampliado: os desembargadores Thiago Ribas Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, corregedor-geral da Justiça à época.



ITALVA – CARDOSO MOREIRA

Rua Aristides Gonçalves de Souza, nº 86 – São Caetano

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum da comarca de Italva – Cardoso Moreira, edificado em terreno doado pela municipalidade, foi inaugurado com a instalação da comarca (...) após a solenidade de instalação dos juizados especiais adjuntos cível e criminal no município de Cardoso Moreira.”¹³⁶

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.265, de 5 de outubro de 1999, que estabeleceu sua jurisdição coincidente com os limites territoriais dos municípios de Italva e Cardoso Moreira.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

9 de junho de 2000.

QUEM INAUGUROU

Estiveram presentes, na inauguração, os desembargadores Humberto de Mendonça Manes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, 1º vice-presidente do referido tribunal à época, entre outras autoridades.



ITAOCARA

Fórum Desembargador Alexandre Brasil Araújo

Rua Joaquim Soares Monteiro, nº 1, Quadra "A", Lote 5 – Loteamento Recreio

VALOR DA OBRA

Prédio novo: aproximadamente R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).¹³⁷

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: "A construção do Fórum da comarca de Itaocara, em 1969, foi alcançada graças aos esforços do advogado itaocarense Humberto Soeiro de Carvalho, que, à época, exercia o cargo de chefe da Casa Civil do governo fluminense (...)."¹³⁸

"(...) edificado em linhas simples, com dois pavimentos, é dotado de acomodações amplas e satisfatórias para a realização dos trabalhos judiciais."

Prédio novo: “O prédio do fórum da comarca de Itaocara, assentado em terreno de 4.000 m² e área construída de 3.011,30 m² (...), teve a arquiteta Telma Sigaud como autora do projeto, e foi a construção executada pela firma Midas Engenharia Ltda.”¹³⁹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 280, de 6 de julho de 1891.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Decreto nº 1.840, de 22 de setembro de 1921.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Lei nº 6.467, de 29 de janeiro de 1971, atribuiu ao antigo prédio do Fórum de Itaocara o nome do Desembargador Alexandre Brasil Araújo, denominação mantida para o novo prédio do fórum.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 10 de outubro de 1969.

Prédio novo: 28 de janeiro de 2009.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Governador Geremias de Matos Fontes e o então presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro, Desembargador José Pellini.

Prédio novo: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro.



ITAPERUNA

Fórum Desembargador Amaro Martins de Almeida

Avenida João Bedim, nº 1.211 (esquina com BR 356) – Cidade Nova

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$ 7.363.859,28 (sete milhões, trezentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos).¹⁴⁰

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O Fórum da comarca de Itaperuna funcionou inicialmente no prédio da Intendência Municipal, sendo posteriormente transferido para o prédio do Grupo Escolar 10 de Maio, na Avenida Cardoso Moreira, nº 410, cedido pelo Estado do Rio de Janeiro ao Poder Judiciário. Tornando-se o local acanhado para dar atendimento adequado aos serviços forenses, foi ali construído o

atual edifício, no governo do Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, pela firma Cemaco Ltda., com sede em Bom Jesus do Itabapoana, sob a direção do Sr. Carlos Borges Garcia. Inaugurado em 30 de dezembro de 1978, (...) a partir de 28 de junho de 1998 sofreu considerável reforma, concluída em 16 de outubro do ano seguinte.”¹⁴¹

Prédio novo: “O Fórum nº 2 da comarca de Itaperuna, iniciado em 28 de novembro de 2002, na administração do Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, foi concluído em 28 de outubro de 2003, na administração do Desembargador Miguel Pachá. A construção ficou a cargo da firma Sergem – Serviços Gerais de Engenharia S.A., sob a supervisão do Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça.”¹⁴²

Dispõe de “três pavimentos e área construída de 6.151,17 m² em terreno de 8.217,41 m², cedido pela municipalidade (...)”.¹⁴³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 2, de 6 de dezembro de 1889.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Decreto nº 43-A, de 1º de março de 1893.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

O antigo edifício do Fórum de Itaperuna ostentava o nome de “Fórum Juiz de Direito José Luiz Nunes”, conforme havia determinado a Resolução TJ/OE nº 10, de 28 de setembro de 2001.

A Resolução TJ/OE nº 5, de 12 de junho de 2003, deu ao novo prédio do fórum da comarca de Itaperuna o nome de “Fórum Desembargador Amaro Martins de Almeida”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 30 de dezembro de 1978.

Prédio novo: 19 de novembro de 2003.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Governador Floriano Peixoto Faria Lima e o Desembargador Marcelo Santiago Costa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo: foi inaugurado pelo então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Miguel Pachá.



ITATIAIA

Rua João José, nº 210 – Centro

VALOR DA OBRA

R\$ 325.625,98 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio onde funciona o Fórum de Itatiaia, em estilo colonial, com dois pavimentos, (...) foi cedido pela municipalidade ao Poder Judiciário. Após ser submetido a obras de adaptação, executadas pela firma Imperial Serviços Ltda., sob a supervisão do Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça (...).”¹⁴⁴

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.385, de 25 de abril de 2000.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

13 de junho de 2000.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Humberto de Mendonça Manes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, corregedor-geral da Justiça à época.



JAPERI

Fórum Advogado Nelson de Souza Carneiro

Avenida Vereador Francisco da Costa Filho, s/nº – Santa Inês

VALOR DA OBRA

R\$ 1.991.077,80 (um milhão, novecentos e noventa e um mil, setenta e sete reais e oitenta centavos).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum de Japeri, solenemente inaugurado, juntamente com a instalação da comarca (...) ocupa uma área edificada de 1.159,83 m² em terreno de 5.132,88 m². A sua construção, a cargo da firma Tec Sul Engenharia Ltda. com sede em São José dos Campos, São Paulo (...) sob a supervisão do Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça, teve início em 5 de agosto de 2002 e foi concluída em 17 de abril do ano seguinte.”¹⁴⁵

“Edificado em pavimento único, dispõe de ar-condicionado central, salas para audiências, psicólogos e assistentes sociais, Tribunal do Júri, Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e serventias, além de estacionamento para automóveis.”¹⁴⁶

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.271, de 18 de outubro de 1999, que a classificou como comarca de primeira entrância.

O COJDERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

A Resolução TJ/OE nº 31, de 19 de dezembro de 2002, deu ao prédio do Fórum da comarca de Japeri o nome de “Fórum Advogado Nelson de Souza Carneiro”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

27 de maio de 2003.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Miguel Pachá, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e José Lucas Moreira Alves de Brito, corregedor-geral da Justiça à época.



LAJE DO MURIAÉ

Fórum Desembargador Nestor Rodrigues Perlingeiro

Rua Ferreira César, nº 480 – Centro

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “No período compreendido entre a sua criação e a sua instalação, a comarca de Laje do Muriaé, por não contar com prédio próprio, funcionou no Fórum de Itaperuna. Após ser instalada, passou a servir-se de um pequeno prédio localizado na Praça da Matriz. A solenidade de instalação, em 1º de julho de 1974, foi presidida pelo Desembargador Plínio Pinto Coelho, presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (...)”¹⁴⁷

Prédio novo: “(...) Situado à Rua Ferreira César, nº 480, o novo prédio foi construído no governo do Almirante Floriano Peixoto Faria Lima pela EMOP, sendo diretor-presidente do referido órgão o engenheiro Jesus Pessoa Vieira, e secretário de Obras, o Dr. Hugo de Matos Santos.”¹⁴⁸

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 6.079, de 19 de junho de 1968.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Lei nº 7.455, de 4 de junho de 1979, atribuiu o nome do Desembargador Nestor Rodrigues Perlingeiro ao prédio do Fórum de Laje do Muriaé.¹⁴⁹

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 1º de julho de 1974.

Prédio novo: 1979.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Desembargador Plínio Pinto Coelho, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo: o Desembargador Marcelo Santiago Costa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



MACAÉ

Fórum Desembargador Ivair Nogueira Itagiba

Rodovia do Petróleo, Km 4 – Virgem Santa

VALOR DA OBRA

R\$ 8.014.255,03 (oito milhões, quatorze mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e três centavos).

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: o antigo prédio do Fórum de Macaé, situado à Rua Francisco Portela, nº 22, foi edificado no governo de Antônio de Pádua Chagas Freitas e inaugurado em 1979. Ostentava o nome do advogado Abílio de Souza.

Prédio novo: “O Fórum nº 2 da comarca de Macaé, situado à Rodovia do Petróleo, Km 4 – Virgem Santa, em terreno de 10.000,00 m² de área, cedido ao

Judiciário pela municipalidade, teve a sua construção iniciada na administração do Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver e foi concluída na do Desembargador Miguel Pachá. As obras foram realizadas pela Santa Bárbara Engenharia S.A., com sede na Rua da Ajuda, 35/1001, no Rio de Janeiro, sob a supervisão do Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça (...).¹⁵⁰

O prédio tem área construída de 4.729,43 m².

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei Provincial nº 2.012, de 16 de maio de 1874.

A Lei nº 272, de 7 de novembro de 1979, classificou-a como comarca de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

A Resolução OE, de 3 de agosto de 1981, atribuiu o nome de Abílio de Souza ao antigo prédio do Fórum de Macaé.

A Resolução TJ/OE nº 11, de 25 de setembro de 2003, deu ao novo prédio do fórum de Macaé o nome de “Fórum Desembargador Ivair Nogueira Itagiba”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 1979.

Prédio novo: 27 de abril de 2004.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Desembargador Marcelo Santiago Costa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo: foi inaugurado em solenidade que contou com a presença dos desembargadores Miguel Pachá, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e José Lucas Moreira Alves de Brito, corregedor-geral da Justiça à época, entre outras autoridades.



MAGÉ

Rua Doutor Domingos Belize, nº 178 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum de Magé, prédio com dois pavimentos em linhas arrojadadas, (...) foi projetado pelo engenheiro Carlos F. de Areia Leão. A sua construção, iniciada em 1953, foi concluída no ano seguinte (...).”¹⁵¹

“Quase meio século mais tarde, mostrando-se acanhada a sua área para acolher as varas ali existentes, o Tribunal de Justiça determinou ao Departamento de Obras e Instalações a sua ampliação. Assim, no ano de 2001, passou o prédio por grandes obras de reforma, ganhando, inclusive, um anexo (...).”¹⁵²

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei Provincial nº 1.185, de 8 de agosto de 1860.

Extinção da comarca: Decreto nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Lei nº 740, de 29 de setembro de 1906.

DATA DE INAUGURAÇÃO

1954.

Após a realização de obras de reforma e ampliação, com acréscimo de um anexo, o prédio foi reinaugurado em 4 de maio de 2001.

QUEM INAUGUROU

O governo do Almirante Ernani do Amaral Peixoto.

Após a realização de obras de reforma e ampliação, foi reinaugurado pelo então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver.



MAGÉ

Fórum Regional de Vila Inhomirim

Avenida Santos Dumont, s/nº – Parque Santana – Vila Inhomirim

VALOR DA OBRA

R\$ 601.754,54 (seiscentos e um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O prédio possui dois pavimentos e ocupa uma área de 1.452,76 m², em terreno de 6.724,67 m². Foi edificado pela Imperial Serviços Ltda..

ATO NORMATIVO

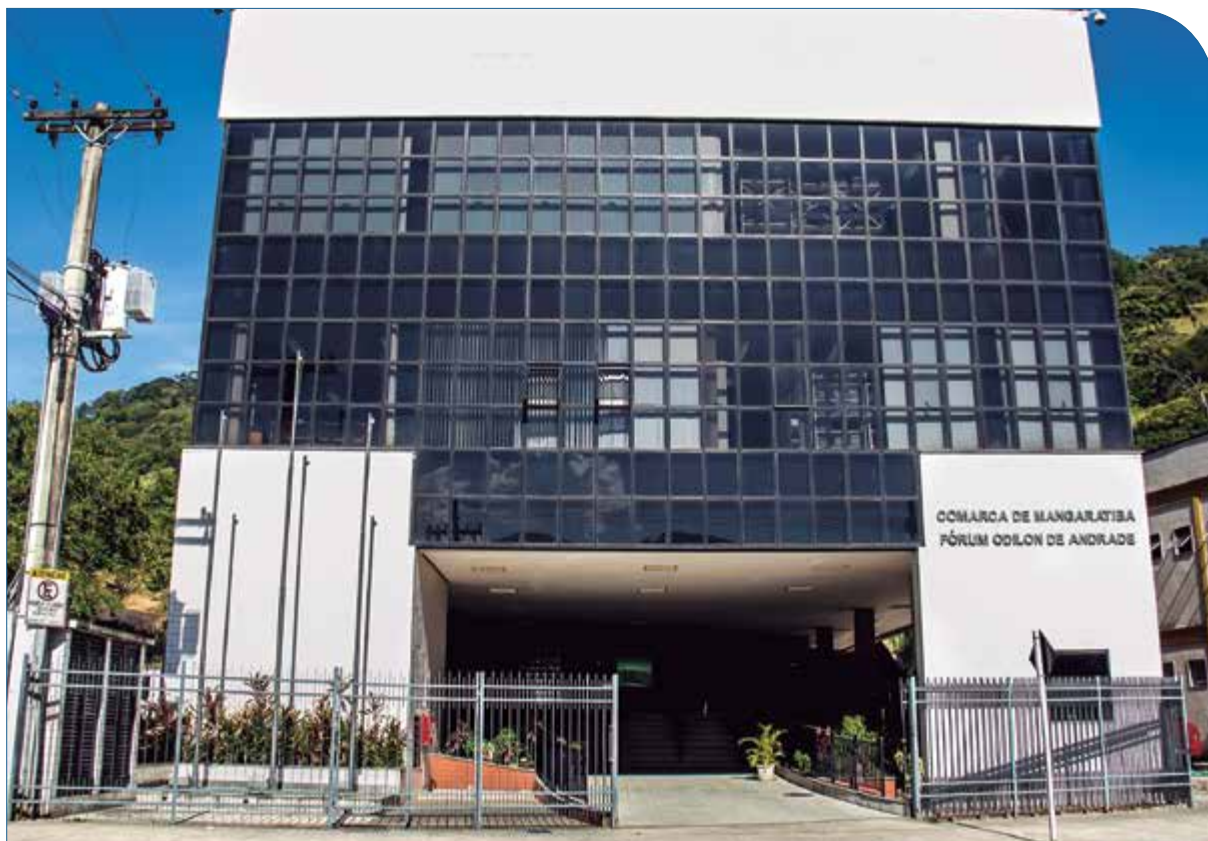
Lei nº 3.445, de 14 de julho de 2000, que modificou a estrutura judiciária da comarca de Magé e criou varas regionais.

DATA DE INAUGURAÇÃO

11 de janeiro de 2001.

QUEM INAUGUROU

Estiveram presentes na inauguração, entre outras autoridades, os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, Wilson Santiago Mesquita de Melo e José Lucas Alves de Brito, respectivamente presidente e vice-presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, à época.



MANGARATIBA

Fórum Odilon de Andrade

Estrada São João Marco, s/nº – El Ranchito

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$ 5.926.473,84 (cinco milhões, novecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: o edifício do Fórum de Mangaratiba, situado na Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, foi construído no governo do Almirante Floriano Peixoto Faria Lima e recebeu o nome do advogado Odilon de Andrade.¹⁵³

Prédio novo: projetado por José Carlos M. Braga e executado pela empresa Consbem Construções e Comércio Ltda., o prédio dispõe de quatro pavimentos e área construída de 2.918,60 m².

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 280, de 6 de julho de 1891.

Extinção da comarca: Decreto nº 08, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

Extinção da comarca: Decreto nº 641, de 15 de dezembro de 1938.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 14, de 20 de junho de 2006, manteve, no novo prédio do Fórum de Mangaratiba, o nome de “Fórum Odilon de Andrade”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 7 de abril de 1978.

Prédio novo: 30 de junho de 2006.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Desembargador Marcelo Santiago Costa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo: o Desembargador Sérgio Cavalieri Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



MARICÁ

Rua Jovino Duarte de Oliveira, s/nº – Araçatiba

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: situado na Avenida Nossa Senhora do Amparo, nº 57, o antigo prédio do Fórum de Maricá foi inaugurado em 1979.

Prédio novo: O atual edifício do Fórum foi construído em terreno cedido pela municipalidade.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 15, de 27 de dezembro de 1889.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 1.804, de 23 de agosto de 1924.

Extinção da comarca: Decreto nº 641, de 15 de dezembro de 1938.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

A Lei nº 2.798, de 24 de setembro de 1997, determinou que a comarca de Maricá fosse elevada à segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 18 de janeiro de 1979.

Prédio novo: 24 de março de 2000.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Desembargador Marcelo Santiago Costa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na presença do governador do estado.

Prédio novo: foi inaugurado na presença dos desembargadores Humberto de Mendonça Manes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, 1º vice-presidente do referido tribunal à época, entre outras autoridades.



MENDES

Fórum Juiz Luiz de Carvalho Rangel

Rua Alberto Torres, nº 144 – Centro

VALOR DA OBRA

Obra de reforma e ampliação: R\$ 2.446.838,02 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e oito reais e dois centavos).¹⁵⁴

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da comarca de Mendes, prédio de dois pavimentos (...), foi construído no governo de Antônio de Pádua Chagas Freitas pela EMOP, sendo presidente do órgão o engenheiro João Afonso Saint Martin.”¹⁵⁵

O edifício foi submetido, a partir de 19 de maio de 2008, à obra de reforma e ampliação, concluída no ano seguinte, com a criação de um anexo.¹⁵⁶

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.369, de 19 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução OE, de 9 de agosto de 1980, atribuiu ao Fórum de Mendes o nome do Juiz Luiz de Carvalho Rangel.

DATA DE INAUGURAÇÃO

O edifício foi inaugurado em 11 de julho de 1980.

Após a realização de obra de reforma e ampliação, foi reinaugurado em 30 de janeiro de 2009.

QUEM INAUGUROU

O governador do estado e os desembargadores Carlos Luís Bandeira Stampa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Júlio Alberto Alvares, corregedor-geral da Justiça à época.

Após a realização de obra de reforma e ampliação, foi reinaugurado pelo Desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, presidente à época do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



MESQUITA

Fórum Juíza Rute Viana Lins

Rua Paraná, s/nº – Centro

VALOR DA OBRA

No PAG 2010-2014, foi orçado em R\$ 37.776.528,65 (trinta e sete milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos).¹⁵⁷

HISTÓRICO DO PRÉDIO

A edificação do prédio de três andares, com aproximadamente 10.800 m² de área construída, principiou na gestão do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, e foi concluída, após 428 dias, na administração da atual presidente, Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano.¹⁵⁸

“O prédio (...) foi erguido tendo como preocupação a sustentabilidade, a acessibilidade e a segurança, possuindo teto verde, água com sistema de aquecimento solar, automação predial, acessibilidade e sistema de reutilização de águas pluviais.”¹⁵⁹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 4.118, de 27 de junho de 2003, que a classificou como comarca de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

A Resolução TJ/OE nº 33, de 2 de setembro de 2013, deu ao prédio do Fórum de Mesquita o nome de “Fórum Juíza Rute Viana Lins”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

13 de dezembro de 2013.

QUEM INAUGUROU

A presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano.



MIGUEL PEREIRA

Fórum Ministro Raul Fernandes

Rua Francisco Alves, nº 105 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum da comarca de Miguel Pereira, construído no governo de Raimundo Padilha, foi doado pelo Poder Executivo ao Judiciário, e a este solenemente transferido em 8 de maio de 1974 (...).”¹⁶⁰

“Composto de dois pavimentos, o prédio ocupa uma área de terreno de 1.099,56 m², dos quais 943,50 m² constituíam próprio estadual, ocupado por um antigo grupo escolar, e 156,06 m² eram objeto de doação feita pelo espólio de Alice Ponte Câmara, através de Domingo Manuel da Câmara (...).”¹⁶¹

ATOS NORMATIVOS

Criação Comarca: Lei nº 2.894, de 26 de julho de 1956.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

O Decreto nº 16.084, de 27 de junho de 1971, atribuiu o nome do Ministro Raul Fernandes ao prédio do Fórum de Miguel Pereira.

DATA DE INAUGURAÇÃO

8 de maio de 1974.

QUEM INAUGUROU

Na solenidade de inauguração, estiveram presentes os desembargadores Plínio Pinto Coelho, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro, e Synésio de Aquino Pinheiro, corregedor-geral da Justiça à época, entre outras autoridades.



MIRACEMA

Fórum Desembargador José Navega Cretton

Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, nº 1.020 – Boa Vista

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: foi construído no governo de Geremias de Mattos Fontes e inaugurado em 1970, sendo submetido, após três décadas, a uma substancial obra de reforma e ampliação.

Prédio novo: o novo edifício do Fórum de Miracema, com quatro pavimentos, construído numa área de 5.400 m², ostenta o nome do Desembargador José Navega Cretton.¹⁶²

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943.

A Lei nº 3.956, de 17 de setembro de 2002, elevou a comarca de Miracema à categoria de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

A Lei nº 6.603, de 23 de agosto de 1971, atribuiu o nome do Desembargador José Navega Cretton ao prédio do Fórum de Miracema.

DATA DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 2 de junho de 1970.

Reforma do prédio antigo: 19 de agosto de 1999.

Prédio novo: 4 de junho de 2009.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Desembargador Alcides Carlos Ventura, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Reforma do prédio antigo: foi reinaugurado na presença dos desembargadores Humberto de Mendonça Manes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, 1º vice-presidente do referido tribunal à época, entre outras autoridades.

Prédio novo: o Desembargador Luiz Zveiter, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



NATIVIDADE

Fórum Juiz de Direito José Luiz Nunes

Rua Vigário João Batista, nº 14 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da comarca de Natividade funcionava, desde a sua reinstalação, em 8 de abril de 1952, num antigo prédio que anteriormente servira a um grupo escolar. Tornando-se este acanhado para as atividades forenses, passou por substancial reforma, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com recursos do Fundo Especial do Judiciário e projeto do Departamento-Geral de Obras e Instalações. Aproveitou-se a área existente nos fundos para a construção de um Anexo, dotado do que há de mais moderno e funcional. A obra, iniciada em 10 de outubro de 2000, foi solenemente inaugurada em 25 de setembro de 2001 (...).”¹⁶³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 245, de 9 de maio de 1891.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 4.429, de 12 de janeiro de 1952.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 29, de 3 de outubro de 2012, nomeou o prédio do Fórum de Natividade de “Fórum Juiz de Direito José Luiz Nunes”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

25 de setembro de 2001.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Paulo Gomes da Silva Filho, corregedor-geral da Justiça à época.



NILÓPOLIS

Fórum Desembargador Alcides Carlos Ventura

Avenida Getúlio Vargas, nº 571 – Olinda

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$ 50.173.539,57 (cinquenta milhões, cento e setenta e três mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos).¹⁶⁴

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo 1: desde 1965, o Fórum de Nilópolis funcionava no prédio situado na Rua Layde Souza Belém, nº 8, sobrado.¹⁶⁵

Prédio antigo 2: o prédio que abrigou o Fórum de Nilópolis, situado à Rua Pedro Álvares Cabral nº 305, foi inaugurado em março de 1983, no governo de

Leonel de Moura Brizola.¹⁶⁶ A partir de 1998, o edifício começou a ser submetido a uma substancial reforma, sendo reinaugurado no ano seguinte.¹⁶⁷

Com a inauguração de um novo prédio em 2014 para abrigar o fórum, o edifício foi cedido à Prefeitura de Nilópolis.

Prédio novo: a construção do atual prédio do Fórum de Nilópolis começou em 2012, na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.

O edifício possui oito andares e área total construída de 17.031,23 m², apresentando capacidade para acomodar serventias administrativas e 12 juízos.¹⁶⁸

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 1.429, de 12 de janeiro de 1952.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

O Decreto nº 11.474, de 16 de novembro de 1964, e a Resolução OE, de 27 de agosto de 1981, atribuíram o nome do Desembargador Alcides Carlos Ventura ao prédio do Fórum de Nilópolis.¹⁶⁹

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo 1: desde 1965, o Fórum de Nilópolis funcionava no referido prédio.

Prédio antigo 2: março de 1983.

Prédio antigo 2 reformado: foi reinaugurado em 8 de junho de 1999.

Prédio novo: 11 de julho de 2014.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo 2: na inauguração, esteve presente o Desembargador Lourival Gonçalves de Oliveira, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entre outras autoridades.

Prédio antigo 2 reformado: o Desembargador Humberto de Mendonça Manes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo: a Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



NITERÓI

Fórum Desembargador Enéas Marzano

Rua Coronel Gomes Machado, s/nº – Centro

VALOR DA OBRA

Prédio antigo: em 1913, o valor do projeto do prédio foi fixado em 350:000\$000 (trezentos e cinquenta contos de réis).¹⁷⁰ No edital de concorrência para a construção do prédio, foi estabelecido o valor de 383:750\$000 (trezentos e oitenta e três contos, setecentos e cinquenta mil réis).¹⁷¹

Prédio novo: foi orçado em R\$ 37.600.000,00 (trinta e sete milhões e seiscentos mil reais).¹⁷²

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo (Antigo Palácio da Justiça)

A construção do Palácio da Justiça, erguido na cidade de Niterói para abrigar o Tribunal da Relação do antigo Estado do Rio de Janeiro, está ligada à urbanização da Praça D. Pedro II, atual Praça da República, e à edificação de um conjunto de prédios públicos no seu entorno.

O início das obras ocorreu durante o governo de Francisco Chaves de Oliveira Botelho, então presidente do estado, que, em 1913, encarregou o arquiteto francês Emile Dupuy Tessain da elaboração dos projetos referentes a esses prédios, entre eles o Palácio da Justiça. Para executá-los, foi contratado, no ano seguinte, o arquiteto Heitor de Melo, ficando Emile Tessain responsável pela direção e fiscalização das obras, mas a eclosão da Primeira Guerra Mundial o fez retornar à França, sendo substituído na função pelo arquiteto Pedro Campofiorito.

O edifício, em estilo eclético de tendência classicizante, com forte predominância do Renascimento Italiano em sua fachada principal, destinava-se também ao Fórum da Comarca de Niterói, e foi utilizado para a realização de sessões do júri local, antes mesmo da inauguração oficial do prédio.

Finalmente, no dia 31 de janeiro de 1920, em sessão presidida pelo Desembargador Arthur Annes Jácome Pires, foi instalado, no Palácio da Justiça, o Tribunal da Relação do antigo Estado do Rio de Janeiro. Trinta anos mais tarde, o prédio ganhou um acréscimo na parte dos fundos, com outra fachada, voltada para a Rua Visconde de Sepetiba. O projeto, de autoria do arquiteto Raphael Matera, observou, em parte, as linhas do estilo original. Concluída na década de 1950, a obra foi inaugurada pelo Desembargador Sydenham Lima Ribeiro, à ocasião presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

A partir de março de 1975, em consequência da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara para formar nova unidade federativa, o palácio passou a abrigar o Fórum da comarca de Niterói e a Biblioteca Regional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em 26 de janeiro de 1983, o prédio foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). A partir de 1995, nele passou a funcionar também o Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que ali permaneceu até ser transferido para a cidade do Rio de Janeiro, em 1998, deixando em Niterói o Centro da Memória Judiciária daquela comarca.

O prédio passou por obras substanciais de reforma e restauração, iniciadas em abril de 2010, na presidência do Desembargador Luiz Zveiter. Na realização dessas obras, buscou-se não apenas preservar o estilo arquitetônico original do palácio, mas também, por razões de segurança, o conforto e a economia, seguindo-se diretrizes no sentido de dotá-lo de características modernas e funcionais, como, por exemplo, rampas, novos elevadores e lâmpadas de longa durabilidade e baixo consumo de energia.

Atualmente, o edifício histórico abriga o Museu da Justiça de Niterói, além de outras unidades organizacionais do PJERJ.

Prédio novo: o novo edifício do Fórum de Niterói, situado na Rua Coronel Gomes Machado, s/nº, possui treze pavimentos e uma área construída de 21.590 m².¹⁷³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 14, de 13 de abril de 1835.

A Lei nº 2.939, de 5 de maio de 1998, classificou-a como comarca de entrância especial, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 13).

A Resolução TJ nº 15, de 3 de agosto de 1995, determinou que o Fórum da comarca de Niterói, situado no antigo Palácio da Justiça, passasse a ser denominado “Fórum Desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte”.

A Resolução TJ/OE nº 1, de 12 de janeiro de 2009, atribuiu o nome de “Fórum Desembargador Enéas Marzano” ao novo prédio do Fórum de Niterói.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: o Tribunal da Relação do antigo Estado do Rio de Janeiro foi instalado no referido prédio em 31 de janeiro de 1920.

Prédio novo: 27 de janeiro de 2009.

Prédio antigo reformado: 28 de janeiro de 2011.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Tribunal da Relação do antigo Estado do Rio de Janeiro, quando de sua instalação no referido prédio, era presidido pelo Desembargador Arthur Annes Jácome Pires.

Prédio novo: o Desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Prédio antigo reformado: o Desembargador Luiz Zveiter, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



NITERÓI

Fórum da Região Oceânica

Fórum Desembargador

Luiz Roldão de Freitas Gomes

Estrada Caetano Monteiro, s/nº – Pendotiba

VALOR DA OBRA

R\$ 9.171.270,01 (nove milhões, cento e setenta e um mil, duzentos e setenta reais e um centavo).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O prédio do Fórum da Região Oceânica (Pendotiba), com quatro andares, cobertura e subsolo, apresenta área construída de 7.200 m², em terreno de 3.500 m².

Foi edificado pela empresa Lopes Marinho Engenharia e Construção Ltda., sob a supervisão do Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 3.637, de 14 de setembro de 2001, criou, na comarca de Niterói, o Fórum da Região Oceânica.

A Resolução TJ/OE nº 3, de 5 de abril de 2005, deu ao prédio do Fórum da Região Oceânica de Niterói o nome de “Fórum Desembargador Luiz Roldão de Freitas Gomes”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

15 de abril de 2005.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Sergio Cavaliere Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Manoel Carpena Amorim, corregedor-geral da Justiça à época.



NOVA FRIBURGO

Fórum Juiz Rivaldo Pereira Santos

Avenida Euterpe Friburguense, nº 201 – Centro

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$ 5.115.188,99 (cinco milhões, cento e quinze mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos).

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: a construção do imponente edifício que abrigou o Fórum de Nova Friburgo, edificado em local onde funcionou a Caixa Rural da cidade, situado na Praça XV de Novembro, teve início em 1944, por determinação de Ernani do Amaral Peixoto, interventor no estado, e término em 1947.

Prédio novo: “A construção do Fórum da comarca de Nova Friburgo, projeto dos arquitetos João Marcos Façanha e Emanuel Koslowsky, teve início em

25 de fevereiro de 2002 e foi concluída em 21 de dezembro do mesmo ano pela firma IBEG Engenharia e Construções Ltda. (...), sob a supervisão do Departamento Geral de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (...).”¹⁷⁴

O edifício tem dois pavimentos e área construída de 3.020,64 m², em terreno de 4.752,67 m².

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei Provincial nº 1.637, de 30 de novembro de 1871.

O CODJERJ a classifica como comarca de entrância especial (art. 13).

A Lei nº 851, de 31 de maio de 1977, atribuiu ao antigo prédio do Fórum de Nova Friburgo a denominação de Júlio Vieira Zamith.

A Resolução TJ/OE, nº 28, de 19 de dezembro de 2002, deu ao novo prédio do Fórum de Nova Friburgo o nome de “Fórum Juiz Rivaldo Pereira Santos”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 29 de novembro de 1947.

Prédio novo: 17 de dezembro de 2002.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: estiveram presentes na inauguração, entre outras autoridades, o Governador Edmundo de Macedo Soares e o Desembargador Ivair Nogueira Itagiba, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo: os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Paulo Gomes da Silva Filho, corregedor-geral da Justiça à época.



NOVA IGUAÇU

Fórum Dr. Mário Guimarães

Rua Dr. Mário Guimarães, nº 968 – Bairro da Luz

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo 1: “Após a transferência da sede do município e da então comarca de Iguaçu para a vila de Maxambomba (depois Nova Iguaçu), o estado contratou com o empreiteiro Carlos Sobrinho, em 1897, a construção da cadeia e quartel, sendo, antes da sua conclusão, sugerido o acréscimo de um pavimento destinado aos serviços forenses. Esse prédio, demolido em 1956 (In: Álbum fotográfico de Nova Iguaçu, 1978. PEREIRA, Waldick), abrigou a justiça iguaçuana até 1954, quando, por não mais atender às crescentes

necessidades do Judiciário, foi substituído por outro, de arquitetura moderna, inspirada na Escola Bauhaus.”¹⁷⁵

Prédio antigo 2: “Projetado sobre pilotis e com sistema de janelas horizontais – as características mais marcantes da arquitetura de Le Corbusier –, o Fórum da comarca de Nova Iguaçu destaca-se pela leveza das linhas e a amplitude dos espaços, como se nota no hall de entrada e no Salão do Júri, com área aproximada de 12,25 m², sem vigas aparentes ou apoio em pilastras. Situado na Rua Juiz Marques Morado, recebeu o nome do Desembargador Arthur Vasco Itabaiana de Oliveira, em homenagem ao grande jurista.”¹⁷⁶

Prédio novo: “O novo Fórum da comarca de Nova Iguaçu, situado na Avenida Mário Guimarães, Bairro da Luz, tem três pavimentos e 6.000 m² de área construída. Edificado pelo Departamento Geral de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com recursos do Fundo do Judiciário (...).”¹⁷⁷

“Assinada a cessão do terreno pela municipalidade em 3 de junho de 1998, na administração do Desembargador Thiago Ribas Filho, a construção teve início em 17 de outubro de 2000, na do Desembargador Humberto de Mendonça Manes, e foi concluída na do Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver. Para a realização da magnífica obra, muito se empenhou o Desembargador Luiz Carlos Guimarães, ilustre filho da terra.”¹⁷⁸

Anexo ao prédio novo: o edifício anexo ao prédio do Fórum de Nova Iguaçu tem 5.272,36 m² de área construída, com espaço para futuras instalações.¹⁷⁹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.637, de 30 de novembro de 1871.

Extinção da comarca: Decreto nº 681, de 28 de março de 1901.

Restauração da comarca: Lei nº 740, de 29 de setembro de 1906.

A Lei nº 2.930, de 4 de maio de 1998, classificou-a como comarca de entrância especial, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 13).

O Decreto nº 4.795, de 5 de agosto de 1954, atribuiu o nome do Desembarga-

dor Itabaiana de Oliveira ao antigo prédio do Fórum de Nova Iguaçu.

A Resolução TJ/OE nº 13, de 22 de outubro de 2001, denominou “Fórum Dr. Mário Guimarães” o novo edifício do Fórum de Nova Iguaçu.

A Resolução TJ/OE nº 4, de 22 de janeiro de 2007, nomeou o Anexo do Fórum de Nova Iguaçu de “Fórum Dr. Joel Teixeira de Araújo”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio novo: 11 de janeiro de 2002.

Anexo ao prédio novo: 23 de janeiro de 2007.

QUEM INAUGUROU

Prédio novo: inaugurado na gestão do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver.

Anexo ao prédio novo: inaugurado na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sergio Cavaliere.



PARACAMBI

Fórum Desembargador Emílio Carmo

Rua Alberto Leal Cardoso, nº 92 – Centro

VALOR DA OBRA

Reforma e ampliação do prédio novo: R\$ 3.545.000,00 (três milhões e quinhentos e quarenta e cinco mil reais).¹⁸⁰

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O Fórum da comarca de Paracambi funcionou inicialmente, durante alguns anos, na Rua Dr. Nilo Peçanha (Avenida dos Operários), mais tarde denominada Juiz Emílio Carmo, em um imóvel que hoje abriga a prefeitura municipal (...).”¹⁸¹

Prédio novo: “Em janeiro de 1979, no governo de Antônio de Pádua Chagas Freitas, foi inaugurado o prédio atual, situado na Rua Alberto Leal Cardoso, nº 92,

sendo secretário de Obras Hugo de Mattos Santos e secretário de Justiça Laudo de Almeida Camargo.”¹⁸²

Em 2008, o prédio, após ser submetido a uma obra de reforma e ampliação, passou a contar com 1.850 m² de área construída, dispondo de três pavimentos e uma cobertura.¹⁸³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 4.578, de 26 de janeiro de 1961.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 2, de 16 de janeiro de 2007, nomeou o prédio do Fórum de Paracambi de “Fórum Desembargador Emílio Carmo”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio novo: janeiro de 1979.

Prédio novo reformado e ampliado: 16 de julho de 2008.

QUEM INAUGUROU

Prédio novo: a inauguração ocorreu quando era governador do estado Antônio de Pádua Chagas Freitas, e presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro o Desembargador Marcelo Santiago Costa.

Prédio novo reformado e ampliado: na inauguração, estiveram presentes, entre outras autoridades, os desembargadores José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Luiz Zveiter, corregedor-geral da Justiça à época.



PARAÍBA DO SUL

Rua Alfredo da Costa Matos Junior, nº 64 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum de Paraíba do Sul, em estilo eclético, situado na Rua Alfredo da Costa Mattos Júnior (antiga Rua Duque de Caxias), nº 64, no Centro, é um dos edifícios que compõem o belo acervo arquitetônico da comarca. Construído em 1898, no final do século XIX, foi submetido a considerável reforma a partir de 1995, na administração do Desembargador José Lisboa da Gama Malcher. A edificação de um novo pavimento nos fundos acresceu 494 m² (quatrocentos e noventa e quatro metros quadrados) à sua área, elevando-a para 1.343 m² (mil trezentos e quarenta e três metros quadrados). No total, a obra teve a duração de um ano, com troca de todo o madeiramento do telhado, reposição de telhas francesas seguindo o padrão original, substituição do piso de madeira por ardósia, recomposição da alvenaria, pintura, troca de instalações elétricas e hidráulicas, construção de banheiros para dependentes físicos e instalação de ar condicionado central.”¹⁸⁴

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 2.125, de 29 de novembro de 1875.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

O prédio foi construído em 1898.

No século XX, foi submetido a uma substancial reforma, sendo reinaugurado em 20 de dezembro de 1996.

QUEM INAUGUROU

O Desembargador José Lisboa da Gama Malcher, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



PARATY

Fórum Sílvio Romero

Travessa Santa Rita, nº 18 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da comarca de Paraty, em estilo colonial, foi edificado no governo de Raimundo Padilha (...).”¹⁸⁵

“A primeira reforma e restauração do prédio do Fórum de Paraty, que ocorreu vinte e oito anos mais tarde, teve início em 26 de novembro de 2001 e foi concluída em 22 de agosto de 2002. Executada com esmero pelo Departamento Geral de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que procurou preservar todas as linhas do estilo colonial (...).”¹⁸⁶

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 31, de 3 de janeiro de 1890.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Decreto nº 398, de 16 de agosto de 1897.

Extinção da comarca: Decreto nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

Extinção da comarca: Decreto nº 641, de 15 de dezembro de 1938.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Lei nº 7.207, de 16 de junho de 1973, atribuiu o nome de Sílvio Romero ao edifício do Fórum de Paraty.

DATA DE INAUGURAÇÃO

20 de julho de 1974.

Após a realização de obra de reforma e restauração, foi reinaugurado em 26 de novembro de 2002.

QUEM INAUGUROU

O Desembargador Plínio Pinto Coelho, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Foi reinaugurado pelos desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Paulo Gomes da Silva Filho, corregedor-geral da Justiça à época.



PATY DO ALFERES

Fórum Desembargadora Maria Raimunda Teixeira de Azevedo

Praça George Jacob Abdue, s/nº – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum de Paty do Alferes, em estilo de linhas simples, com dois pavimentos (...), oferece boas acomodações para o desempenho dos trabalhos judiciários. Cedido pela prefeitura municipal, foi restaurado e ampliado pelo Departamento de Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.”¹⁸⁷

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.214, de 27 de maio de 1999, que a classificou como comarca de primeira entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 19, de 14 de julho de 2014, nomeou o prédio do Fórum da comarca de Paty do Alferes de “Fórum Desembargadora Maria Raimunda Teixeira de Azevedo”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

15 de dezembro de 1999.

QUEM INAUGUROU

Inaugurado pelos desembargadores Humberto de Mendonça Manes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, corregedor-geral da Justiça à época.



PETRÓPOLIS

Fórum Desembargador Felisberto Monteiro Ribeiro Neto

Avenida Barão do Rio Branco, nº 2.001 – Centro

VALOR DA OBRA

Prédio antigo: 234:000\$000 (duzentos e trinta e quatro contos de réis).

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O antigo Fórum de Petrópolis, inaugurado em 4 de agosto de 1859, funcionou até 30 de dezembro de 1894, quando foi transferido para o nº 971 da Avenida XV de Novembro – atual Rua do Imperador. A construção do prédio do Fórum de Petrópolis, em estilo toscano, foi iniciada em 1893 e concluída em 1894, no governo de José Thomás da Porciúncula (...). Dotado de dois pavimentos, o acesso ao seu interior é feito por três portas de ferro fundido em arabescos, que lhe dão beleza e grandiosidade (...).”¹⁸⁸

O referido edifício foi transferido à municipalidade, logo após a inauguração do novo prédio do Fórum de Petrópolis.

Prédio novo: “O edifício, com três pavimentos, instalações modernas, espaços otimizados, conta com avançada tecnologia (...).”¹⁸⁹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.637, de 30 de novembro de 1871.

A Lei nº 2.930, de 4 de maio de 1998, classificou-a como comarca de entrância especial, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 13).

A Resolução TJ/OE nº 19, de 12 de novembro de 2002, deu ao prédio onde se encontra instalado o Fórum de Petrópolis o nome de “Fórum Desembargador Felisberto Monteiro Ribeiro Neto”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

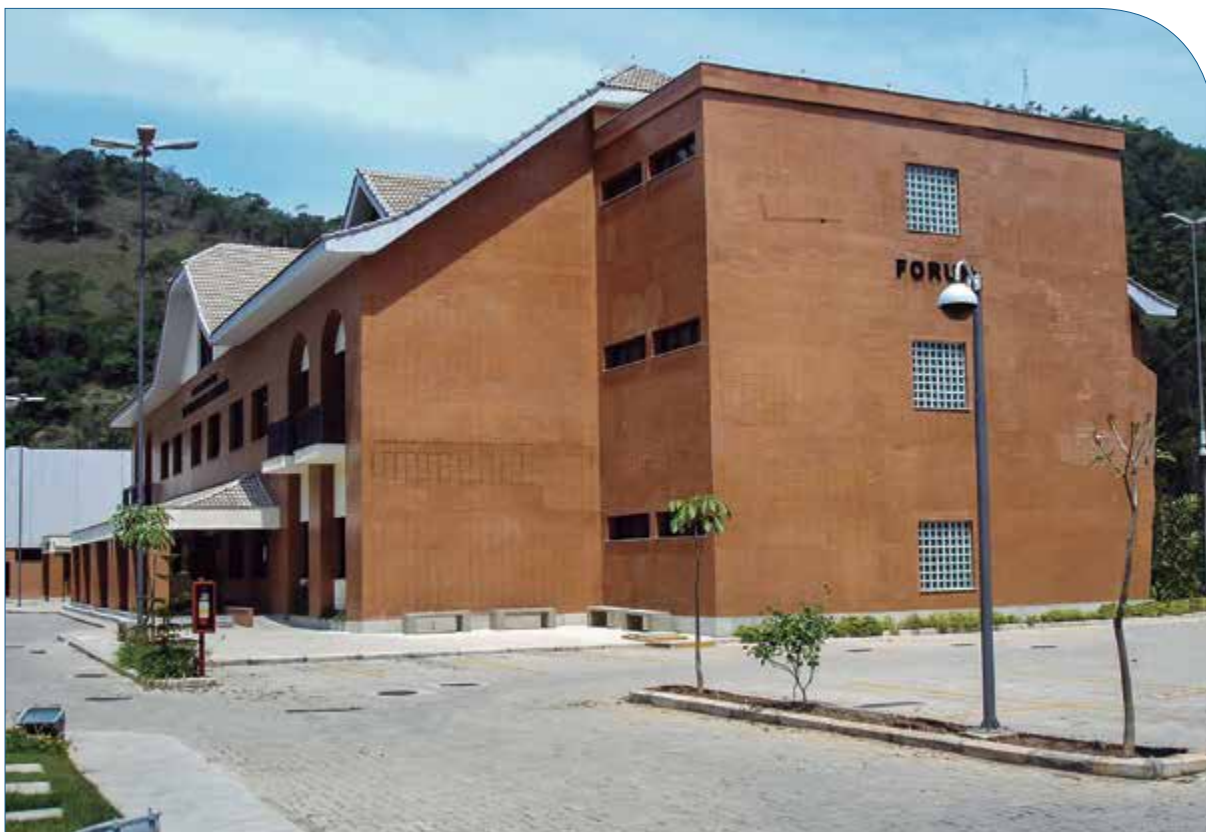
Prédio antigo: 31 de dezembro de 1894.

Prédio novo: 19 de maio de 2006.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: inaugurado na administração do presidente do antigo Estado do Rio de Janeiro, Joaquim Maurício de Abreu.

Prédio novo: inaugurado na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sérgio Cavalieri Filho.



PETRÓPOLIS

Fórum Regional de Itaipava

Estrada União e Indústria, nº 9.900 – Itaipava

VALOR DA OBRA

R\$ 5.463.290,98 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa reais e noventa e oito centavos).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum Regional de Itaipava, 3º distrito do município de Petrópolis, foi projetado pelo arquiteto João Marcos Façanha dos Santos e edificado pela firma IBEG Engenharia e Construções Ltda. (...), sob a supervisão do Departamento Geral de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A sua construção teve início em 17 de junho de 2002, sendo concluída em 12 de janeiro do ano seguinte.”¹⁹⁰

“O prédio, em estilo colonial, com três pavimentos e mais o arquivo, abrange uma área construída de 4.736,03 m², em terreno de 5.607,83 m² (...).”¹⁹¹

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 3.637, de 14 de setembro de 2001, criou o Fórum Regional de Itaipava.

Data de inauguração: 24 de janeiro de 2003.

Quem inaugurou: inaugurado na administração do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver.



PINHEIRAL

Rua José Breves, nº 344 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio que hoje abriga o Fórum da comarca de Pinheiral, construído pela Universidade Federal Fluminense, veio a ser cedido ao município, havendo este ali instalado a Câmara Municipal, que funcionou no local desde a criação do município até ser instalada a comarca, em 12 de maio de 2000.”¹⁹²

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.292, de 12 de novembro de 1999, que a classificou como comarca de primeira entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

12 de maio de 2000.

QUEM INAUGUROU

Esteve presente na inauguração o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Humberto de Mendonça Manes, entre outras autoridades.



PIRAÍ

Fórum Desembargador Sylvio Valdetaro Coimbra

Rua Barão de Pirai, nº 322 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum da comarca de Pirai, iniciado em 1966, foi concluído em 1967, sendo governador do estado Geremias de Matos Fontes, secretário de Interior e Justiça Luiz de Araújo Bráz, secretário de Obras Públicas Aluísio Belarmino de Mattos e diretor do Departamento de Engenharia Reginaldo Mendes Linhares (...).”¹⁹³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.637, de 30 de novembro de 1871.

Extinção da comarca: Decreto nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Decreto nº 1.839, de 23 de agosto de 1921.

A Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1971, atribuiu ao prédio do Fórum de Pirai o nome do Desembargador Sylvio Valdetaro Coimbra.

DATA DE INAUGURAÇÃO

1967.

QUEM INAUGUROU

O Desembargador Jacintho Lopes Martins, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.



PORCIÚNCULA

Fórum Juiz Leopoldo Muylaert Júnior

Praça José Berardinelli Vieira, nº 1 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O edifício do Fórum de Porciúncula “ostenta grandiosidade e oferece conforto. Em estilo eclético, ornado com colunas romanas na parte frontal, pode-se afirmar ser o mais importante edifício dos que compõem o acervo arquitetônico daquela cidade. Originalmente destinado a uma escola pública, passou por considerável reforma (...)”.¹⁹⁴

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 1.429, de 12 de janeiro de 1952.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

O Decreto nº 7.070, de 19 de dezembro de 1972, atribuiu o nome do juiz Leopoldo Muylaert Júnior ao edifício do Fórum de Porciúncula.

DATA DE INAUGURAÇÃO

Após a realização de reforma, o prédio foi reinaugurado em 21 de agosto de 1999.

QUEM INAUGUROU

Esteve presente na inauguração, entre outras autoridades, o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Humberto de Mendonça Manes.



PORTO REAL – QUATIS

Rua Hilário Ettore, nº 378 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O edifício foi construído pela empresa PROJEMAC, sob a supervisão do Departamento Geral de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.199, de 26 de março de 1999, que a classificou como comarca de primeira entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

6 de setembro de 2001.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Paulo Gomes da Silva Filho, corregedor-geral da Justiça à época.



QUEIMADOS

Rua Otília, nº 210 – Centro

VALOR DA OBRA

R\$ 719.813,06 (setecentos e dezenove mil, oitocentos e treze reais e seis centavos).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O edifício, com dois pavimentos e área construída de 2.019,73 m², em terreno de 4.082 m², foi construído pela empresa Projemac Construções Ltda., no período de 14 de julho de 1997 a 24 de junho de 1998.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.056, 25 de setembro de 1998, que a classificou como comarca de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

DATA DE INAUGURAÇÃO

19 de janeiro de 1999.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Thiago Ribas Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, corregedor-geral da Justiça à época.



RESENDE

Avenida Rita Maria Ferreira da Rocha, nº 500 – Jardim Jalisco

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$ 1.740.944,94 (um milhão, setecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: o antigo edifício do Fórum de Resende, que ostentava o nome do advogado Oswaldo Duarte, foi solenemente inaugurado em 1973.

Prédio novo: a construção do novo edifício do Fórum de Resende, com dois pavimentos e área construída de 2.067,54 m², em terreno de 4.567,51 m², pela empresa Tratenge Ltda., principiou em 2 de abril de 1998 e terminou em 15 de julho de 1999.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

A Lei nº 6.586/1971 atribuiu ao antigo prédio do Fórum de Resende o nome do advogado Oswaldo Duarte.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 13 de abril de 1973.

Prédio novo: 1º de setembro de 1999.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Prédio novo: os desembargadores Humberto de Mendonça Manes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, 1º vice-presidente do referido tribunal à época.



RIO BONITO

Fórum Juiz Mauro Prevot

Avenida Antônio Carlos de Souza Guadalupe, s/nº – Condomínio Industrial Green Valley

VALOR DA OBRA

Prédio novo: no PAG 2010-2014, o valor previsto para a construção do novo edifício foi de R\$ 29.770.562,91 (vinte e nove milhões, setecentos e setenta mil, quinhentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos).¹⁹⁵

HISTÓRICO DO PRÉDIO

Prédio antigo: “O prédio do Fórum de Rio Bonito, concluído no governo de Geremias de Mattos Fontes, foi solenemente inaugurado em 1968 (...).”¹⁹⁶

“Trinta anos depois, já não atendendo mais às necessidades dos trabalhos forenses, o prédio foi submetido a obras de reforma e ampliação, cuja inauguração, pelo presidente do egrégio Tribunal de Justiça, Desembargador Thiago Ribas Filho, ocorreu em 30 de janeiro de 1998.”¹⁹⁷

Prédio novo: “O novo fórum, que tem quatro andares, atende aos parâmetros da sustentabilidade, contando com vidros de alta eficiência para redução da irradiação solar; coleta seletiva de lixo – local para a separação de lixo para a reciclagem, contribuindo para a diminuição significativa da poluição; elevadores inteligentes; placas solares para o aquecimento da água; acessibilidade, conforme a norma NBR 9050; bicicletário e cobertura verde.”¹⁹⁸

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei Provincial nº 720, de 25 de outubro de 1854.

Extinção da comarca: Lei nº 643, de 7 de setembro de 1904.

Restauração da comarca: Lei nº 1.182, de 4 de novembro de 1913.

O Decreto-Lei nº 239, de 31 de março de 1970, atribuiu o nome do Desembargador Admário Alves de Mendonça ao antigo prédio do Fórum de Rio Bonito.

A Resolução TJ/OE nº 1, de 21 de janeiro de 2013, nomeou o novo prédio do Fórum da Comarca de Rio Bonito de “Fórum Juiz Mauro Prevot”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 1968.

Prédio antigo, reformado e ampliado: 30 de janeiro de 1998.

Prédio novo: 23 de janeiro de 2013.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Governador Geremias de Mattos Fontes e o presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Alcides Carlos Ventura.

Prédio antigo, reformado e ampliado: o Desembargador Thiago Ribas Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.

Prédio novo: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.



RIO CLARO

Rua Manoel Portugal, nº 156 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da comarca de Rio Claro funcionou, a princípio, no prédio da Câmara Municipal, passando as audiências, após alguns anos, a ser realizadas no cartório do 2º Ofício da comarca. Em julho de 1982, o governo do estado adquiriu o prédio destinado ao Ginásio da Campanha de Educandários Gratuitos, no qual, após obras de reforma e adaptação, foi instalado o Fórum (...).”¹⁹⁹

Dezenove anos depois, o edifício foi submetido a uma reforma substancial.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

Extinção da comarca: Lei nº 2.684, de 24 de novembro de 1931.

Restauração da comarca: Decreto nº 392-A, de 31 de março de 1938.

Extinção da comarca: Decreto Nº 641, de 15 de dezembro de 1938.

Restauração da comarca: Lei nº 1.429, de 12 de janeiro de 1952.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

DATAS DE INAUGURAÇÃO

O edifício foi inaugurado em 1982. Após ser submetido à reforma, foi reinaugurado em 9 de janeiro de 2002.

QUEM INAUGUROU

Estiveram presentes na inauguração, entre outras autoridades, o governador do estado, Antônio de Pádua Chagas Freitas, e o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Antônio Marins Peixoto.

Na reinauguração do edifício, estiveram presentes, entre outras autoridades, os desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Paulo Gomes da Silva Filho, corregedor-geral da Justiça à época.



RIO DAS FLORES

Fórum Juiz Gilberto Garcia da Fonseca

Rua João Carvalho da Rocha, s/nº – Centro

VALOR DA OBRA

R\$ 666.330,01 (seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta reais e um centavo).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“Desde a instalação do termo de Rio das Flores, antiga freguesia de Santa Teresa de Valença, os trabalhos forenses eram realizados num prédio sito à Rua Dr. Leony Ramos, nº 11, onde igualmente funcionavam a Câmara e a cadeia pública, uma das exigências para a instalação da vila. O atual Fórum, à Rua João Carvalho da Rocha s/nº, foi edificado pela construtora Solidum Ltda., com sede na Avenida D. Pedro I nº 157, em Petrópolis. Dotado de um pavimento e de área construída de 689,94 m², em terreno de 2.408,92 m², cedido pela municipalidade (...).”²⁰⁰

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 78, de 28 de abril de 1890.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Decreto nº 268, de 11 de abril de 1896.

Extinção da comarca: Decreto nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Lei nº 1.804, de 12 de janeiro de 1924.

Extinção da comarca: Lei nº 2.684, de 24 de novembro de 1931.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de novembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 14, de 10 de setembro de 2002, deu ao prédio onde se encontra instalado o Fórum de Rio das Flores o nome de “Fórum Juiz Gilberto Garcia da Fonseca”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

14 de julho de 1998.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Thiago Ribas Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, corregedor-geral da Justiça à época, o juiz de direito da comarca, Sérgio de Albuquerque, e o então prefeito, Elias Kalil Ristum.



RIO DAS OSTRAS

Alameda Desembargador Ellis Hermydio Figueira, nº 1999 – Jardim Campomar

VALOR DA OBRA

R\$ 1.226.865,67 (um milhão, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

O prédio anexo ao Fórum de Rio das Ostras custou R\$ 9.484.954,26 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos).²⁰¹

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

“Inicialmente, os trabalhos forenses foram realizados nas dependências do prédio situado na Avenida Guanabara, nº 226, Jardim Marileia, adaptado e cedido ao Judiciário pela municipalidade até que fosse inaugurado o prédio destinado ao fórum da comarca, situado na Alameda Desembargador Ellis Hermydio Figueira, nº 1999, Bairro Jardim Campomar. A sua edificação, pela firma Paulitec Construções Ltda. (...), teve início em 8 de dezembro de 1997 e foi concluída em 11 de maio de 2000.”²⁰²

Esse prédio possui dois pavimentos e área construída de 1.445,27 m², em terreno de 3.999,91 m².

Em 2013, foi inaugurado o prédio anexo ao Fórum de Rio das Ostras, com dois andares e área total construída de 1.986,78 m².²⁰³

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 2.925, de 20 de abril de 1998, que a classificou como comarca de primeira entrância.

O atual CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

DATAS DE INAUGURAÇÃO

14 de maio de 2000.

O anexo do prédio do Fórum de Rio das Ostras foi inaugurado em 29 de janeiro de 2013.

QUEM INAUGUROU

O Desembargador Humberto de Mendonça Manes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O edifício anexo foi inaugurado pelo Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.



SANTA MARIA MADALENA

Fórum Juiz Sandro Vinícius dos Santos Pinheiro

Rua Izamor Novaes de Sá, nº 3 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O edifício que abriga o Fórum de Santa Maria Madalena foi construído pela EMOP, na administração do governador do Estado do Rio de Janeiro Floriano Peixoto Faria Lima.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.781, de 13 de dezembro de 1872.

Extinção da comarca: Lei nº 43-A, de 7 de setembro de 1904.

Restauração da comarca: Lei nº 740, de 29 de setembro de 1906.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 13, de 30 de junho de 2008, nomeou o prédio do Fórum de Santa Maria Madalena de “Fórum Juiz Sandro Vinícius dos Santos Pinheiro”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

1978.

QUEM INAUGUROU

O Desembargador Marcelo Santiago Costa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.



SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Fórum Desembargador Plínio Pinto Coelho

Avenida João Jazbick, s/nº – Aeroporto

VALOR DA OBRA

Prédio antigo: Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros).

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “A construção do edifício do Fórum da comarca de Santo Antônio de Pádua, na Praça Visconde de Figueira, pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, teve início no governo do Comandante Ernani do Amaral Peixoto, sendo Eugênio Leite Lima prefeito do município. Obra sólida e custosa, sobre pilotis, destacando-se pelas modernas linhas arquitetônicas, resultou de projeto do Engenheiro Carlos F. de Arêa Leão (...).”²⁰⁴

Prédio novo: na construção do edifício inaugurado na gestão do então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, houve importante participação do Departamento de Engenharia do referido tribunal, cujo trabalho foi elogiado na solenidade de inauguração.

O prédio ostenta o nome do Desembargador Plínio Pinto Coelho.²⁰⁵

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 16, de 27 de dezembro de 1889.

Extinção da comarca: Decreto nº 08, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 43-A, de 01 de março de 1893.

Extinção da comarca: Decreto nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Decreto nº 789, de 04 de fevereiro de 1903.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

A Lei nº 2.550, de 2 de setembro de 1955, atribuiu ao antigo prédio do Fórum de Santo Antônio de Pádua o nome do Juiz Antonio Ferreira da Silva Pinto.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: foi inaugurado simbolicamente em 15 de janeiro de 1955, e definitivamente em março do referido ano.

Prédio novo: 26 de outubro de 2010.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: simbolicamente, inaugurado pelo governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto.

Prédio novo: o Desembargador Luiz Zveiter, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.



SÃO FIDÉLIS

Fórum Dr. Francisco da Silva Polycarpo

Praça da Justiça, s/nº – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio do Fórum da comarca de São Fidélis, localizado na Praça da Justiça, s/nº, no Centro, projetado pelo Engenheiro Carlos F. de Areia Leão, foi construído e inaugurado em 1962, no governo de Celso Peçanha (...).”²⁰⁶

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.637, de 30 de novembro de 1871.

Extinção da comarca: Lei nº 643, de 07 de setembro de 1904.

Restauração da comarca: Lei nº 740, de 29 de setembro de 1906.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

A Lei nº 7.566, de 29 de outubro de 1974, atribuiu ao prédio do Fórum de São Fidélis o nome de “Fórum Dr. Francisco da Silva Polycarpo”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

1962.

QUEM INAUGUROU

A inauguração ocorreu no governo de Celso Peçanha, quando era presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro o Desembargador Luiz Miguel Pinaud.



SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

Rodovia Afonso Celso, s/nº – Praça dos Três Poderes -Centro

VALOR DA OBRA

R\$ 1.859.005,21 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, cinco reais e vinte e um centavos).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da comarca de São Francisco do Itabapoana, edificado em terreno cedido pela municipalidade, teve a sua construção iniciada em 15 de agosto de 2002 e foi concluída em 3 de julho do ano seguinte, no prazo de aproximadamente oito meses, pela construtora Glória Ltda. (...). Dotado de um pavimento e de área construída de 1.156,28 m², em terreno de 5.600 m² (...). Empastilhado externamente, com partes comuns com piso de granito, o prédio dispõe de ar-condicionado central, sala de audiência para o Juízo Único e os juizados adjuntos cível e criminal e salão para o Tribunal do Júri (...).”²⁰⁷

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.149, de 23 de dezembro de 1998, que a classificou como comarca de primeira entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

3 de julho de 2003.

QUEM INAUGUROU

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época, Desembargador Miguel Pachá.



SÃO GONÇALO

Fórum Juiz Leandro Eduardo dos Santos Duarte

Rua Getulio Vargas, nº 2.512 – Santa Catarina

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O prédio do Fórum da comarca de São Gonçalo, situado à Rua Dr. Francisco Portela, nº 2.814, recebeu o nome do Desembargador Mirtharistides de Toledo Piza (...).”²⁰⁸

Prédio novo: “O Fórum nº 2 da comarca de São Gonçalo, localizado à Rua Getulio Vargas, nº 2.512, no bairro de Santa Catarina, resultou de projeto do arquiteto João Paulo Façanha e teve a sua construção administrada pelo Departamento Geral de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (...).”²⁰⁹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.839, de 23 de agosto de 1921.

O COJDERJ a classifica como comarca de entrância especial (art. 13).

O Decreto nº 16.343, de 1º de abril de 1974, atribuiu ao prédio do Fórum de São Gonçalo, situado na Rua Francisco Portela, nº 2.814, o nome do Desembargador Myrtharistides de Toledo Piza.

A Resolução TJ/OE nº 13, de 10 de setembro de 2002, deu ao edifício do Fórum de São Gonçalo, situado à Avenida Getulio Vargas, nº 2.512, o nome de “Fórum Juiz Leandro Eduardo dos Santos Duarte”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio novo: 18 de dezembro de 2002.

QUEM INAUGUROU

Prédio novo: inaugurado com a presença dos desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver e Paulo Gomes da Silva Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e corregedor-geral da Justiça à época, respectivamente, entre outras autoridades.



SÃO GONÇALO

Fórum Regional de Alcântara Fórum Juíza Patrícia Lourival Acioli

Rua Osório Costa, s/nº – Colubandê

VALOR DA OBRA

R\$ 44.919.730,62 (quarenta e quatro milhões, novecentos e dezenove mil, setecentos e trinta reais e sessenta e dois centavos).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

A construção do prédio teve início em janeiro de 2012.

“Baseado na sustentabilidade (...) o prédio conta com cobertura verde, que diminui a temperatura interna, ajudando a controlar o efeito estufa, e melhora a qualidade do ar por meio da realização de fotossíntese, além de reduzir o escoamento das águas pluviais para as vias públicas. O novo edifício também

tem vidros de alta eficiência para a redução de irradiação solar, diminuindo, assim, a carga de utilização de ar-condicionado.

Com área total construída de 12.409,80 m², o edifício tem quatro pavimentos, além da cobertura (...).²¹⁰

Há intenção de se tornar o prédio recém-inaugurado no “primeiro do Poder Judiciário fluminense a ter em suas paredes o projeto Inscrever os Direitos Humanos, idealizado pela artista plástica Françoise Schein. Azulejos com o tema Direitos Humanos, pintados por alunos das escolas públicas do município de São Gonçalo, vão decorar o local”.²¹¹

ATOS NORMATIVOS

A Lei nº 4.513, de 13 de janeiro de 2005, criou o Fórum Regional de Alcântara.

A Resolução TJ/OE nº 22, de 30 de julho de 2012, nomeou o prédio do Fórum Regional de Alcântara, na comarca de São Gonçalo, de “Fórum Juíza Patrícia Lourival Acioli”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

25 de março de 2014.

QUEM INAUGUROU

A presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano.



SÃO JOÃO DA BARRA

Fórum Desembargador Paulo Joaquim da Silva Pinto

Rua São Benedito, nº 222 – Centro

VALOR DA OBRA

Adaptação do prédio para os trabalhos forenses –65:500\$000 (sessenta e cinco contos e quinhentos mil réis).²¹²

HISTÓRICO DO PRÉDIO

Presume-se “que o prédio do Fórum da comarca de São João da Barra (...) tenha sido edificado por volta de 1845, ou pouco antes.”²¹³

“(...) informa Alberto Lamego que o palacete Lima foi, em 24 de janeiro de 1922, arrematado pelo governo do estado para nele ser instalado o Fórum. Reformado e adaptado para os trabalhos forenses, foi solenemente inaugurado em 24 de junho de 1926 (...) (In Efemérides da Terra Goytacá, v. I, pp. 63 e 367).”²¹⁴

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.780, de 13 de dezembro de 1872.

Extinção da comarca: Lei nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Lei nº 740, de 29 de setembro de 1906.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

A Resolução TJ/OE nº 14, de 30 de maio de 2012, nomeou o prédio do Fórum de São João da Barra de “Fórum Desembargador Paulo Joaquim da Silva Pinto”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

Após reformado e adaptado para os trabalhos forenses, foi inaugurado em 24 de junho de 1926.

QUEM INAUGUROU

O Dr. Arnaldo Tavares, secretário do Interior do antigo Estado do Rio de Janeiro.



SÃO JOÃO DE MERITI

Fórum Desembargador Adherbal de Oliveira

Avenida Presidente Lincoln, nº 857 – Vilar dos Teles

VALOR DA OBRA

CR\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de cruzeiros).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum de São João de Meriti funcionou inicialmente em um sobrado locado ao Poder Judiciário, na parte central da cidade. Posteriormente, com a construção do Fórum em Vilar dos Teles, na Avenida Presidente Lincoln, nº 857 – realizada pela EMOP (Empresa de Obras Públicas), de acordo com projeto elaborado pela Divisão de Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro –, passou o Judiciário a ter representação digna naquela comarca. Abrangendo uma área de 3.500 m² (três mil e quinhentos metros quadrados), com três pavimentos, cobertura e amplo estacionamento próprio (...).”²¹⁵

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 1.429, de 12 de janeiro de 1952.

O CODJERJ a classifica como comarca de entrância especial (art. 13).

A Resolução TJ/OE nº 7, de 3 de maio de 2007, reconduziu ao Fórum de São João de Meriti o nome de “Fórum Desembargador Adherbal de Oliveira”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

26 de março de 1981.

QUEM INAUGUROU

O então governador do Estado do Rio de Janeiro, Antônio de Pádua Chagas Freitas.



SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Rua Senhor dos Passos, nº 37 – Centro

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

O antigo edifício do Fórum, situado na Rua Alfredo Jacinto Franco, nº 88, foi cedido pela municipalidade ao PJERJ. Ao passo que o prédio novo (foto) é utilizado mediante contrato de locação.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.290, de 12 de novembro de 1999.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 15 de dezembro de 2001.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.



SÃO PEDRO DA ALDEIA

Rua Antonio Benedito Siqueira s/nº – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O prédio onde funcionava o Fórum da comarca de São Pedro da Aldeia, construído no segundo quartel do século passado, abrigava também a Delegacia de Polícia, a Coletoria Estadual e outras repartições, não dispendo de ambiente condigno para a realização dos trabalhos forenses.

Com a cessão de terreno por parte da municipalidade, construiu o Poder Judiciário um novo Fórum, na Rua Antônio Benedito Siqueira, s/nº, no centro da cidade (...).”²¹⁶

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

Extinção da comarca: Lei nº 2.684, de 24 de novembro de 1931.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

A Lei nº 2.316, de 22 de setembro de 1994, elevou a comarca à categoria de segunda entrância, situação mantida pelo atual CODJERJ (art. 15).

DATA DE INAUGURAÇÃO

14 de dezembro de 1999.

QUEM INAUGUROU

O Desembargador Humberto de Mendonça Manes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.



SÃO SEBASTIÃO DO ALTO

Praça Dr. Hermes Ferro, nº 88 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O edifício foi construído e inaugurado na administração do governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 1.804, de 12 de janeiro de 1924.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

DATA DE INAUGURAÇÃO

14 de outubro de 1957.

QUEM INAUGUROU

Inauguração no governo de Miguel Couto Filho, em solenidade presidida pelo Juiz José Domingos Moledo Sartori.



SAPUCAIA

Fórum Desembargador Paulo Gomes da Silva

Praça Barão de Ayuruoca, nº 75 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da comarca de Sapucaia, situado na Praça Barão de Ayuruoca, antiga Praça Rui Barbosa, nº 75, teve a sua construção iniciada em 1892, sendo inaugurado cinco anos mais tarde, em 19 de dezembro de 1897. Edifício vasto e elegante, com dois pavimentos, plantado em terreno arborizado na sua quase totalidade com mangueiras, também abrigou durante muitos anos a cadeia pública (...). A partir de 1991, o prédio recebeu considerável reforma, para adaptação às exigências do serviço forense, com a substituição de pisos, tetos, telhados, divisórias e instalações elétricas e hidráulicas (...).”²¹⁷

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 20, de 27 de dezembro de 1889.

Extinção da comarca: Decreto nº 08, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 43-A, de 1º de março de 1893.

Extinção da comarca: Decreto nº 667, de 16 de fevereiro de 1901.

Restauração da comarca: Decreto nº 1.840, de 22 de setembro de 1921.

Extinção da comarca: Decreto nº 641, de 15 de dezembro de 1938.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 21, de 12 de novembro de 2002, deu ao prédio onde se encontra instalado o Fórum de Sapucaia o nome de “Fórum Desembargador Paulo Gomes da Silva”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

O prédio reformado foi inaugurado em 29 de novembro de 2002.

QUEM INAUGUROU

O edifício reformado foi inaugurado na administração do Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



SAQUAREMA

Avenida Dr. Roberto Silveira, s/nº – Centro

VALOR DA OBRA

Prédio novo: R\$ 584.438,92 (quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O antigo prédio do Fórum da comarca de Saquarema, edificado no governo do Coronel Edmundo Macedo Soares, data de 1946 e recebeu o nome do seu ilustre filho Francisco José de Oliveira Viana. Trata-se de construção modesta e desprovida de condições e comodidades para o desempenho das atividades forenses, tendo servido ao Poder Judiciário até 20 de janeiro de 1999, quando foi inaugurado o novo Fórum daquela comarca.”²¹⁸

Prédio novo: “O novo prédio do Fórum de Saquarema teve a sua construção iniciada em 20 de julho de 1998 e concluída em 29 de dezembro do mesmo ano, pela firma J. A. Silva Construtora Ltda. (...), sob a supervisão do Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Com 1.018,86 m² de área construída em terreno de 3.484,24 m², cedido pela municipalidade (...).”²¹⁹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 29, de 3 de janeiro de 1890.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

Extinção da comarca: Lei nº 2.684, de 24 de novembro de 1931.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

A Lei nº 5.552, de 25 de junho de 1965, atribuiu ao antigo prédio do Fórum de Saquarema o nome de “Fórum Oliveira Viana”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 1946.

Prédio novo: 20 de janeiro de 1999.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: inaugurado no governo de Edmundo Macedo Soares.

Prédio novo: os desembargadores Thiago Ribas Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, corregedor-geral da Justiça à época.



SEROPÉDICA

Fórum Juiz Waldir Ramos Cavalcanti

Antiga Estrada Rio – São Paulo, Km 41, 300 A – Jardim São Jorge

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O prédio do Fórum da comarca de Seropédica, localizado na Rua UBE, nº 1, Campus Universitário, foi cedido ao Poder Judiciário pela Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro e adaptado pelo Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça para acolher com dignidade os trabalhos judiciais. A solene instalação da comarca verificou-se à 11 horas do dia 25 de setembro de 2002 (...).”²²⁰

Prédio novo: em 2011, o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, inaugurou as novas instalações do Fórum de Seropédica, na antiga Estrada Rio-São Paulo, Km 41, no bairro de São Jorge.²²¹

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 3.291, de 12 de novembro de 1999, que a classificou como comarca de primeira entrância.

O atual CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

A Resolução TJ/OE nº 13, de 17 de novembro de 2003, deu ao prédio do Fórum de Seropédica, o nome de “Fórum Juiz Waldir Ramos Cavalcanti”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 25 de setembro de 2002.

Prédio novo: 18 de janeiro de 2011.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: inaugurado na presença dos desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Paulo Gomes da Silva Filho, corregedor-geral da Justiça à época, entre outras autoridades.

Prédio novo: o Desembargador Luiz Zveiter, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.



SILVA JARDIM

Fórum Juiz Francisco Pinto de Carvalho

Rua Silva Jardim, nº 291 – Centro

VALOR DA OBRA

Aproximadamente Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).²²²

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O edifício do Fórum de Silva Jardim foi construído na administração do governador do Estado do Rio de Janeiro Floriano Peixoto Faria Lima, em 1978. Uma década depois, o prédio foi submetido a uma reforma substancial.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 30, de 3 de janeiro de 1890.

Extinção da comarca: Decreto nº 8, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 1.137, de 20 de dezembro de 1912.

Extinção da comarca: Lei nº 1.183, de 04 de novembro de 1913.

Restauração da comarca: Lei nº 1.839, de 23 de agosto de 1921.

Extinção da comarca: Decreto nº 641, de 15 de dezembro de 1938.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Lei nº 6.834/72 atribuiu ao prédio do Fórum de Silva Jardim o nome do Juiz Francisco Pinto de Carvalho.

DATA DE INAUGURAÇÃO

1978.

Após a reforma, o edifício foi reinaugurado em 30 de janeiro de 1988.

QUEM INAUGUROU

O Desembargador Marcelo Santiago Costa, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Após ser reformado, o prédio foi reinaugurado pelo Desembargador Wellington Moreira Pimentel, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.



SUMIDOURO

Fórum Desembargador Jovino Machado Jordão

Rua João Amâncio, nº 214 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O edifício foi construído no governo de Floriano Peixoto Faria Lima. E, décadas depois, foi submetido à substancial reforma.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

Extinção da comarca: Lei nº 2.684, de 24 de novembro de 1931.

Restauração da comarca: Lei nº 3.382, de 12 de setembro de 1957.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 29, de 24 de outubro de 2006, nomeou o prédio do Fórum de Sumidouro de “Fórum Desembargador Jovino Machado Jordão”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

O prédio foi inaugurado em 5 de fevereiro de 1979.

QUEM INAUGUROU

O então governador Floriano Peixoto Faria Lima, em solenidade na qual esteve presente, entre outras autoridades, o Desembargador Marcelo Santiago Costa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.



TERESÓPOLIS

Fórum Juiz Ivo de Carvalho Werneck

Rua Carmela Dutra, nº 678 – Agriões

VALOR DA OBRA

Prédio novo: o valor previsto no PAG 2010-2014 foi de R\$ 38.274.571,93 (trinta e oito milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e três centavos).²²³

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: o edifício que abrigou o Fórum de Teresópolis, situado na Avenida Lúcio Meira, foi construído na administração do governador do antigo Estado do Rio de Janeiro Raimundo Padilha.

Prédio novo: “A obra, com área total de 12.059,90 m², conta com cinco andares. O prédio possui teto verde, água com sistema de aquecimento solar, automação predial, acessibilidade e sistema de reutilização de águas pluviais (...).”²²⁴

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 280, de 6 de julho de 1891.

Extinção da comarca: Decreto nº 08, de 19 de dezembro de 1891.

Restauração da comarca: Lei nº 2.315, de 30 de janeiro de 1929.

O CODJERJ a classifica como comarca de entrância especial (art. 13).

A Resolução TJ/OE nº 22, de 12 de novembro de 2002, deu ao prédio em que se encontra instalado o Fórum de Teresópolis o nome de “Fórum Juiz Ivo de Carvalho Werneck”.

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: maio de 1974.

Prédio novo: 8 de novembro de 2013.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: na inauguração, estiveram presentes, entre outras autoridades, o então governador do estado, Raimundo Padilha, e o presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Plínio Pinto Coelho.

Prédio novo: a Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, atual presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



TRAJANO DE MORAES

Fórum Desembargador Geraldo Toledo

Av. Castelo Branco, s/nº – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

O edifício que abriga o Fórum de Trajano de Moraes foi construído pela EMOP, na administração do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Floriano Peixoto Faria Lima.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 1.182, de 4 de novembro de 1913.

Extinção da comarca: Decreto nº 641, de 15 de dezembro de 1938.

Restauração da comarca: Lei nº 1.429, de 12 de janeiro de 1952.

O CODJERJ a classifica como comarca de primeira entrância (art. 14).

A Resolução TJ/OE nº 24, de 3 de outubro de 2006, nomeou o prédio do Fórum de Trajano de Moraes de “Fórum Desembargador Geraldo Toledo”.

DATA DE INAUGURAÇÃO

Dezembro de 1978.

QUEM INAUGUROU

O Desembargador Marcelo Santiago Costa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época.



TRÊS RIOS

Fórum Escrivão Arthur Sebastião de Toledo Ribas

Avenida Tenente Enéas Forno, nº 42 – Centro

VALOR DA OBRA

R\$ 1.186.033,23 (um milhão, cento e oitenta e seis mil, trinta e três reais e vinte e três centavos).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da comarca de Três Rios funcionava anteriormente em um prédio destinado a abrigar um grupo escolar estadual, na Praça da Autonomia, onde permaneceu até 27 de janeiro de 1999, quando houve a inauguração do novo prédio (...).”²²⁵

Esse edifício, com área de 1.250 m², foi construído pela empresa Reis Engenharia Indústria e Comércio, sob a supervisão do Departamento de Obras e Instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

A Lei nº 6.528, de 18 de junho de 1971, atribuiu ao Fórum de Três Rios o nome do escrivão Arthur Sebastião de Toledo Ribas.

DATA DE INAUGURAÇÃO

27 de janeiro de 1999.

QUEM INAUGUROU

Os desembargadores Thiago Ribas Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Ellis Hermydio Figueira, corregedor-geral da Justiça.



VALENÇA

Fórum Arnaldo Medeiros da Fonseca

Rua Comendador Araújo Leite, nº 166 – Centro

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“O Fórum da comarca de Valença funcionou inicialmente anexo à cadeia pública, sendo mais tarde transferido para o prédio situado na Praça XV de Novembro, onde também funcionavam a câmara e a prefeitura municipal local. Posteriormente, ocupou sede própria, na Rua Araújo Leite nº 166, construída no governo de Raimundo Padilha e inaugurada em 9 de novembro de 1974 (...). O novo Fórum recebeu o nome do ilustre jurista Arnaldo Medeiros da Fonseca. Em 29 de setembro de 1998, teve início a construção de um anexo, com área que ultrapassou a do prédio principal (...).”²²⁶

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Decreto nº 1.734, de 26 de novembro de 1872.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

DATAS DE INAUGURAÇÃO

O prédio principal foi inaugurado em 9 de novembro de 1974 e o anexo em 5 de maio de 2000.

QUEM INAUGUROU

Prédio principal: o Desembargador Plínio Pinto Coelho, presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Anexo: o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Humberto de Mendonça Manes.



VASSOURAS

Fórum Ministro Romeiro Neto

Avenida Marechal Paulo Torres, nº 731 – Centro

VALOR DA OBRA

R\$ 1.044.731,65 (um milhão, quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos).

HISTÓRICO DO PRÉDIO

“Por muitos anos, o Fórum de Vassouras ocupou parte do recinto da prefeitura municipal, passando posteriormente a funcionar no Palacete que pertencera ao Barão de Ribeirão e fora adquirido pelo estado e cedido ao Poder Judiciário para abrigar o Fórum daquela comarca. Tal situação perdurou até 17 de dezembro de 1997, quando, por solicitação do Prefeito Pedro Ivo da Costa ao presidente do Tribunal de Justiça, o prédio foi cedido à municipalidade, interessada

na sua conservação para finalidades culturais e a instalação de algumas secretarias, passando assim, por comodato, do estado para o município.

A construção de novo prédio para alojar o Fórum da comarca de Vassouras, na Avenida Marechal Paulo Torres, nº 731, foi iniciada em 3 de novembro de 1997 e concluída em 17 de dezembro de 1998 pela firma CTM –Consultoria e Assessoria Ltda. (...). Com dois pavimentos e área construída de 1.396,61m², em terreno de 2.354,30m², cedido pela municipalidade (...).²²⁷

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 14, de 13 de abril de 1835.

O CODJERJ a classifica como comarca de segunda entrância (art. 15).

O Decreto nº 16.287, de 27 de dezembro de 1973, atribuiu o nome do Ministro Romeiro Neto ao prédio do Fórum de Vassouras.

DATA DE INAUGURAÇÃO

12 de janeiro de 1999.

QUEM INAUGUROU

Entre outras autoridades, esteve presente o Desembargador Thiago Ribas Filho, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



VOLTA REDONDA

Fórum Desembargador Abeylard Pereira Gomes

Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, s/nº – Aterrado

VALOR DA OBRA

Prédio antigo: aproximadamente CR\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros).²²⁸

Prédio novo: R\$ 17.577.727,08 (dezessete milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e vinte e sete reais e oito centavos).²²⁹

HISTÓRICO DOS PRÉDIOS

Prédio antigo: “O prédio do Fórum da comarca de Volta Redonda, situado na Rua Pedro M. Chaves, nº 194, no bairro do Aterrado, construído em estilo

simples, com dois pavimentos, foi solenemente inaugurado no dia 26 de abril de 1980 (...)."²³⁰

Prédio novo: o edifício, com área construída de 10.338,35 m², situado na Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, s/nº (antiga Avenida Nestor Perlingeiro), foi solenemente inaugurado em 2008, recebendo o nome do Desembargador Abeylard Pereira Gomes.

ATOS NORMATIVOS

Criação da comarca: Lei nº 1.385, de 20 de janeiro de 1955.

O CODJERJ a classifica como comarca de entrância especial (art. 13).

A Resolução TJ/OE nº 14, de 3 de julho de 2008, nomeou o prédio do Fórum de Volta Redonda de "Fórum Desembargador Abeylard Pereira Gomes".

DATAS DE INAUGURAÇÃO

Prédio antigo: 26 de abril de 1980.

Prédio novo: 17 de julho de 2008.

QUEM INAUGUROU

Prédio antigo: o então governador do estado, Antônio de Pádua Chagas Freitas, e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro à época, Desembargador Carlos Luiz Bandeira Stampa.

Prédio novo: na inauguração, estiveram presentes, entre outras autoridades, os desembargadores José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Luiz Zveiter, corregedor-geral da Justiça à época.



LISTAGEM COMPLEMENTAR

MUNICÍPIO/COMARCA

ANGRA DOS REIS

Endereço 1: Praça Guarda Mário Greenhalgh, nº 22 - Centro

Uso: JEC

Endereço 2: Rua Coronel Carvalho, nº 443, Lj 01/02 - Sl 101/02/03,201/
202/203

Uso: 1ª e 2ª VCIV

Endereço 3: Avenida Reis Magos, s/nº

MUNICÍPIO/COMARCA

BARRA DO PIRAÍ

Endereço: Rua Paulo de Frontin, nº 215 - Centro

Uso: JEC

MUNICÍPIO/COMARCA

CAMPOS DOS GOYTACAZES

Endereço 1: Rua Baronesa da Lagoa Dourada, 147 - Centro

Uso: P

Endereço 2: Rua São Gonçalo, 37 a

Uso: RCPN 2º Distrito

MUNICÍPIO/COMARCA**CAPITAL****BANGU**

Endereço: Rua Silva Cardoso, nº 381

Uso: XVII JEC

BOTAFOGO

Endereço: Rua Assunção, nº 244, 4º andar

Uso: IV JECRIM

CATETE

Endereço: Rua do Catete, nº 244, 4º andar

Uso: IV JEC

CENTRO

Endereço 1: Praça XV de Novembro nº 2 (antiga sede da CONAB)

Uso: Centro Administrativo do PJERJ

Endereço 2: Praça Senador Salgado Filho, s/nº (Aeroporto Santos Dumont)

Uso: XX JEC (PA)

Endereço 3: Avenida Almirante Barroso, nº 139, sl 303/304 (Edifício do Jockey Club)

Uso: CLJ

Endereço 4: Rua da Carioca, nº 72

Uso: I JVDFM

Endereço 5: Avenida Presidente Vargas, nº 2.555 - Praça XI

Uso: Anexo Cidade Nova

COPACABANA

Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 143, Lj 40/41 - 2º Pavimento

Uso: V JEC

ESTÁCIO

Endereço: Rua Corrêa Vasques, nº 13

Uso: Oficina do PJERJ

GÁVEA

Endereço: Rua Padre Leonel Franca, nº 248 - Térreo

Uso: VI JEC

ILHA DO GOVERNADOR

Endereço: Avenida Vinte de Janeiro, s/nº - (Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim)

Uso: XX JEC (PA)

Endereço 2: Praia de Olaria, s/nº - Aterro do Cocotá

Uso: XX JEC

JACAREPAGUÁ

Endereço: Estrada do Gabinal, nº 313 - salas 205/207 e 254-A

Uso: XVI JEC

LEBLON

Endereço: Rua Humberto de Campos, nº 315, 2º andar

Uso: IV JECRIM

MARACANÃ

Endereço: Rua Senador Furtado, nº 113 - Universidade Veiga de Almeida

Uso: IX JEC

PRAÇA DA BANDEIRA

Endereço: Rua Joaquim Palhares, nº 567

Uso: Administrativa

PRAÇA ONZE

Endereço: Praça Onze, nº 403, Cidade Nova

Uso: VIJJ

SANTO CRISTO

Endereço 1: Rua Pedro Alves, nºs 83, 85 e 87

Uso: Administrativa

Endereço 2: Avenida Rodrigues Alves, nº 731-A

Uso: PIVJJ

SÃO CRISTÓVÃO

Endereço: Rua Almirante Mariath, nº 340/382

Uso: Arquivo

TIJUCA

Endereço: Rua Conde de Bonfim, nº 255

Uso: VIII JEC

ITALVA - CARDOSO MOREIRA

Endereço: Rua Cel. Salgueiro, nº 50, 2º pavimento - Centro

Uso: PA - JEA

NATIVIDADE

Endereço: Rua Felicíssimo Faria Salgado, nº 40 (parte superior), Centro,
Varre-Sai

Uso: PA - JEA

NITERÓI

Endereço 1: Travessa Comandante Garcia D

Endereço 2: Praça da República, s/nº - Centro

Uso: F (antigo Palácio da Justiça)

Endereço 3: Rua Visconde de Sepetiba, nº 519

Uso: F (anexo)

Endereço 4: Avenida Ernani do Amaral Peixoto, nº 577, 9º andar

Uso: JVDFM

Endereço 5: Praça do Expedicionário, s/nº

Uso: DIALM

NOVA FRIBURGO

Endereço 1: Rua Alberto Braune, nº 224 - sobreloja

Uso: CADAT

Endereço 2: Ladeira Robadey, s/nº - Centro

Uso: NR - EMERJ

PARATY

Endereço: Travessa Santa Rita, nº 18 - Centro

Uso: CADAT

RESENDE

Endereço: Praça Marechal José Pessoa, nº 95 - Centro

Uso: JEC

RIO BONITO

Endereço: Rua Tarcísio Madeira Ceccarelli, nº 116 (antigo 80) - Mangueirinha

Uso: Arquivo

SÃO GONÇALO

Endereço: Rua Doutor Francisco Portela, nº 2.814

Uso: I JECRIM - JVDFM

SÃO JOSÉ DO UBÁ (VINCULADO À COMARCA DE ITAPERUNA)

Endereço: Rua Anadia Verdan, s/nº, 2º pavimento - Loteamento

Nova Ubá

Uso: PA - JEC

SÃO GONÇALO

Endereço: Rua Doutor Francisco Portela, nº 2.814

Uso: I JECRIM - JVDFM

TERESÓPOLIS

Endereço: Rua Carmela Dutra, nº 475 - Agriões

Uso: Dir. F - JE

TRÊS RIOS

Endereço: Praça São Sebastião, nº 224, 1º pavimento - Centro

Uso: JEC

VOLTA REDONDA

Endereço: Rua Otávio Júnior, s/nº, Voldac

Uso: 5º NUR

ABREVIATURAS E SIGLAS

Adm.	Administrativo	NR	Núcleo de Representação
CLJ	Central de Liquidantes Judiciais	NUR	Núcleo Regional (Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro)
CADAT	Central de Dívida Ativa	OE	Órgão Especial
CODJERJ	Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro	P	Polo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento	PA	Posto Avançado
Dir.	Direção	PAG	Plano de Ação Governamental
DIALM	Divisão de Almocharifado	PIVIJI	Plantão Interinstitucional da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso
EMERJ	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro	PJERJ	Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
EMOP	Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro	RCPN	Registro Civil de Pessoas Naturais
FR	Fórum Regional	TJGB	Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara
JE	Juizado Especial	TJRJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
JEA	Juizado Especial Adjunto	VIJI	Vara da Infância, da Juventude e do Idoso
JEAC	Juizado Especial Adjunto Cível		
JEC	Juizado Especial Cível		
JECRIM	Juizado Especial Criminal		
JVDFM	Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher		

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. Decreto nº 14.453, de 3 de novembro de 1920.
2. Disponível em: < <http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/87201> >. Acesso em: 4 fev. 2014.
3. ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2005, p. 48.
4. GARCEZ NETO, Martinho. Discurso pronunciado no dia 8 de dezembro de 1966, na inauguração do novo Palácio da Justiça. *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara*, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 14, pp. 7-15, mar. 1967.
5. *Atas da Comissão Permanente para Acompanhar a Construção do Palácio da Justiça* – Livro nº 659 – DGCOS-SEATA. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, fls. 5, verso, e 6.
6. *Ibidem*, fl. 8, verso.
7. *Ibidem*, fl. 9, verso.
8. *Ibidem*, fl. 12.
9. *Ibidem*, fl. 26.
10. *Ibidem*, fl. 38.
11. *Ibidem*, fl. 11, verso.
12. *Ibidem*, fl. 47, verso.
13. *Ibidem*, fl. 48.
14. *Ibidem*, fl. 57, verso.
15. *Ibidem*, fl. 60, verso.
16. *Ibidem*, fl. 53.
17. *Ibidem*, fl. 67, verso.
18. *Ibidem*, fl. 81.
19. Boletim Informativo do TJERJ – Ano I – 1996 – Dezembro – nº 9 – p. 1. (cópia digital). Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
20. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/transparenciacnj/acordos-terminos-e-convenios/terminos-de-doacao/96-noticias/2055-dia-da-justica-dia-nacional-da-concilia-sercomemorados-no-tjrj> >. Acesso em: 3 fev. 2014.
21. PJERJ – Anexo I – 4º Quadrimestral PAG 2010-2014 – p. 10.
22. Disponível em: < <http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2458197/novo-predio-do-tj-rj-e-inaugurado> >. Acesso em: 4 fev. 2014.
23. *Ibidem*.
24. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/destaques/discurso-inaug-complexo-judiciario.pdf> >. Acesso em: 19 fev. 2014.
25. Disponível em: < <http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2458197/novo-predio-do-tj-rj-e-inaugurado> >. Acesso em: 4 fev. 2014.
26. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/destaques/discurso-inaug-complexo-judiciario.pdf> >. Acesso em: 19 fev. 2014.
27. Disponível em: <<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2458197/novo-predio-do-tj-rj-e-inaugurado>> Acesso em: 4 fev. 2014.

28. Disponível em: < <http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/79403> >. Acesso em: 4 fev. 2014.
29. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: Capital*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2008, p. 238.
30. PJERJ – Anexo I – 4º Quadrimestral PAG 2010-2014 – p. 9.
31. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: Capital*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2008, pp. 233-234.
32. Ibidem, p. 234.
33. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/146203>>. Acesso em: 5 mar. 2014.
34. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: Capital*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2008, p. 240.
35. PJERJ – Anexo I – 4º Quadrimestral PAG 2010-2014 – p. 9.
36. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: Capital*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2008, p. 245.
37. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/informativo/informativos-pjerj/-/informativos-layout/visualizar/38903>>. Acesso em: 9 mar. 2014.
38. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: Capital*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2008, pp. 253-254.
39. Ibidem, p. 253.
40. Ibidem, p. 264.
41. Ibidem, pp. 259-260.
42. Ibidem, p. 263.
43. Ibidem, p. 264.
44. PJERJ – Anexo I – 4º Quadrimestral PAG 2010-2014 – p. 9.
45. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/informativo/informativos-pjerj/-/informativos-layout/visualizar/35602>>. Acesso em: 9 mar. 2014.
46. Ibidem.
47. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: Capital*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2008, p. 276.
48. Ibidem, p. 276.
49. Ibidem.
50. Ibidem, p. 284.
51. Ibidem, pp. 279-280.
52. Ibidem, p. 280.
53. Ibidem, p. 284.
54. Ibidem, p. 289.
55. Ibidem, pp. 287-288.
56. Ibidem, p. 289.
57. Ibidem.
58. Ibidem, pp. 291-292.

59. Ibidem, p. 292.
60. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 135.
61. Ibidem, p. 135.
62. Ibidem, p. 142.
63. Ibidem.
64. Ibidem.
65. Ibidem, p. 145.
66. Ibidem.
67. Ibidem, p. 149.
68. Ibidem, p. 148.
69. Ibidem, p. 156.
70. Ibidem.
71. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2005, pp. 122 e 303.
72. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 156.
73. Ibidem, p. 167.
74. Ibidem.
75. Ibidem.
76. Ibidem.
77. Ibidem.
78. Ibidem, p. 175.
79. Ibidem.
80. Ibidem, pp. 175-176.
81. Ibidem, p. 180.
82. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1950, 1º Caderno, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 3 mar. 2014.
83. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 27/02/1970, p. 27. Cópia impressa. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
84. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, pp. 187-188.
85. Ibidem, p. 188.
86. Ibidem, p. 196.
87. Ibidem, p. 195.
88. Ibidem.
89. Ibidem, pp. 195-196.
90. Ibidem, p. 201.
91. Ibidem.
92. Disponível em: <<http://www.jornalsg.com.br/caderno+cidades/2010/7/25/15187/anuncie+aqui>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

- ⁹³. Disponível em: <<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2280938/zveiter-inaugura-espacos-no-interior>>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- ⁹⁴. ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 208.
- ⁹⁵. Ibidem, p.220.
- ⁹⁶. Ibidem, pp. 220-221.
- ⁹⁷. Ibidem, p. 220.
- ⁹⁸. Ibidem.
- ⁹⁹. Ibidem.
- ¹⁰⁰. Ibidem.
- ¹⁰¹. Ibidem.
- ¹⁰². Ibidem, p. 227.
- ¹⁰³. ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2005, p. 304.
- ¹⁰⁴. ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 231.
- ¹⁰⁵. Ibidem.
- ¹⁰⁶. Ibidem.
- ¹⁰⁷. Ibidem.
- ¹⁰⁸. Ibidem, p. 237.
- ¹⁰⁹. Ibidem.
- ¹¹⁰. Informativo TJERJ 04/2011. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/informativo/informativos-pjerj/-/informativos-layout/visualizar/35602>>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- ¹¹¹. ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 243.
- ¹¹². Informativo TJERJ 04/2011. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/informativo/informativos-pjerj/-/informativos-layout/visualizar/35602>>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- ¹¹³. ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 248.
- ¹¹⁴. Ibidem, p. 252.
- ¹¹⁵. Ibidem.
- ¹¹⁶. Ibidem, p. 256.
- ¹¹⁷. Ibidem.
- ¹¹⁸. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/640>>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- ¹¹⁹. ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 268.
- ¹²⁰. Ibidem, p. 269.
- ¹²¹. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/640>>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- ¹²². ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 273.

- ¹²³. Ibidem, p. 273.
- ¹²⁴. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2005, p. 164.
- ¹²⁵. PJERJ – Anexo I – 4º Quadrimestral, PAG 2010-2014, p. 10.
- ¹²⁶. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009 p. 281.
- ¹²⁷. Ibidem, p. 293.
- ¹²⁸. *Tribunal de Justiça inaugura novo fórum na Comarca de Itaboraí*. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/174905>>. Acesso em: 26 jul. 2014.
- ¹²⁹. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 293.
- ¹³⁰. Ibidem.
- ¹³¹. Ibidem.
- ¹³². ABREU, Antonio Izaias da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2005, p. 168.
- ¹³³. *Tribunal de Justiça inaugura novo fórum na Comarca de Itaboraí*. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/174905>>. Acesso em: 26 jul. 2014.
- ¹³⁴. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 303.
- ¹³⁵. Ibidem.
- ¹³⁶. Ibidem, p. 311.
- ¹³⁷. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/1812>>. Acesso em: 2 mar. 2014.
- ¹³⁸. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2005, p.176.
- ¹³⁹. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, pp. 316.
- ¹⁴⁰. Ibidem, p. 324.
- ¹⁴¹. Ibidem, p. 323.
- ¹⁴². Ibidem, p. 324.
- ¹⁴³. Ibidem.
- ¹⁴⁴. Ibidem, p. 327.
- ¹⁴⁵. Ibidem, p. 331.
- ¹⁴⁶. Ibidem.
- ¹⁴⁷. Ibidem, p. 335.
- ¹⁴⁸. Ibidem.
- ¹⁴⁹. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2005, p. 184.
- ¹⁵⁰. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 343.
- ¹⁵¹. Ibidem, p. 352.
- ¹⁵². Ibidem, p. 353.

- ¹⁵³. Ibidem, p. 360.
- ¹⁵⁴. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/1814> >. Acesso em: 1 mar. 2014.
- ¹⁵⁵. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 375.
- ¹⁵⁶. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/1814> >. Acesso em: 1 mar. 2014.
- ¹⁵⁷. PJERJ, Anexo I, 4º Quadrimestral, PAG 2010-2014, p. 2.
- ¹⁵⁸. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/148603>>. Acesso em: 25 fev. 2014.
- ¹⁵⁹. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/148401>>. Acesso em: 25 fev. 2014.
- ¹⁶⁰. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 381.
- ¹⁶¹. Ibidem, p. 382.
- ¹⁶². Revista Eletrônica Interação, nº 29. Disponível em: < http://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/30092/informativo_29.pdf >. Acesso em: 1 mar. 2014.
- ¹⁶³. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2005, p. 204.
- ¹⁶⁴. *Comarca de Nilópolis ganha novo fórum*. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/172004>>. Acesso em: 11 jun. 2014.
- ¹⁶⁵. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 396.
- ¹⁶⁶. Ibidem.
- ¹⁶⁷. Ibidem, p. 397.
- ¹⁶⁸. Comarca de Nilópolis ganha novo fórum. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/172004>>. Acesso em: 11 jul. 2014.
- ¹⁶⁹. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: história e iconografia*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2005, p. 306. RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 11.474, de 16 de novembro de 1964. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 17 nov. 1964 – Seção I – p. 3.
- ¹⁷⁰. Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro à Assembleia Legislativa, 1913. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720488&pasta=ano%20191&pesq=Palacio%20da%20Justi%C3%A7a> >. Acesso em: 14 abr. 2014.
- ¹⁷¹. Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro à Assembleia Legislativa, 1914. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720488&pasta=ano%20191&pesq=Palacio%20da%20Justi%C3%A7a>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- ¹⁷². Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/1285> >. Acesso em: 2 mar. 2014.
- ¹⁷³. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/1988> >. Acesso em: 2 mar. 2014.
- ¹⁷⁴. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, pp. 427-428.
- ¹⁷⁵. Ibidem, p. 446.
- ¹⁷⁶. Ibidem.
- ¹⁷⁷. Ibidem.

- ¹⁷⁸. Ibidem.
- ¹⁷⁹. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/741> >. Acesso em: 2 mar. 2014.
- ¹⁸⁰. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/1501> >. Acesso em: 2 mar. 2014.
- ¹⁸¹. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 451.
- ¹⁸². Ibidem.
- ¹⁸³. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/1501> >. Acesso em: 2 mar. 2014.
- ¹⁸⁴. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 458.
- ¹⁸⁵. Ibidem, p. 466.
- ¹⁸⁶. Ibidem.
- ¹⁸⁷. Ibidem, p. 471.
- ¹⁸⁸. Ibidem, p. 483.
- ¹⁸⁹. Revista Interação nº 11, p. 36. Disponível em: http://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/30092/informativo_11.pdf. Acesso em: 3 mar. 2014.
- ¹⁹⁰. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, pp. 305-306.
- ¹⁹¹. Ibidem, p. 306.
- ¹⁹². Ibidem, p. 487.
- ¹⁹³. Ibidem, p. 493.
- ¹⁹⁴. Ibidem, p. 498.
- ¹⁹⁵. PJERJ – Anexo I – 4º Quadrimestral PAG 2010-2014 – pág. 10.
- ¹⁹⁶. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 524.
- ¹⁹⁷. Ibidem.
- ¹⁹⁸. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/112201>>. Acesso em: 25 fev. 2014.
- ¹⁹⁹. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 529.
- ²⁰⁰. Ibidem, p. 535.
- ²⁰¹. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/112903> >. Acesso em: 12 mar. 2014.
- ²⁰². ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 539.
- ²⁰³. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/112903> >. Acesso em: 12 mar. 2014.
- ²⁰⁴. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 553.
- ²⁰⁵. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/3459> >. Acesso em: 4 mar. 2014.

- ²⁰⁶. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 561.
- ²⁰⁷. Ibidem, p. 565.
- ²⁰⁸. Ibidem, p. 581.
- ²⁰⁹. Ibidem.
- ²¹⁰. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/159006> >. Acesso em: 26 mar. 2014.
- ²¹¹. Ibidem.
- ²¹². Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro Feliciano Pires de Abreu Sodré à Assembleia Legislativa – 1925, p. 100. Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720488&pasta=ano%20192&pesq=F%C3%B3rum%20S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20da%20Barra>>. Acesso em: 4 mar. 2014.
- ²¹³. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 590.
- ²¹⁴. Ibidem, p. 590.
- ²¹⁵. Ibidem, p. 601.
- ²¹⁶. Ibidem, p. 611.
- ²¹⁷. Ibidem, p. 621.
- ²¹⁸. Ibidem, pp. 627-628.
- ²¹⁹. Ibidem, p. 628.
- ²²⁰. Ibidem, p. 631.
- ²²¹. Disponível em: < <http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2537943/novo-forum-e-inaugurado-em-seropedica> >. Acesso em: 5 mar. 2014.
- ²²². *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/10/1978, 1º Caderno, p. 13. Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Forum> Acesso em: 9 abr. 2014.
- ²²³. PAG 2010-2014 – Anexo III – Execução do PAG até 31 de janeiro de 2012 – valor previsto atualizado – p. 9.
- ²²⁴. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/143301>>. Acesso em: 5 mar. 2014.
- ²²⁵. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 662.
- ²²⁶. Ibidem, p. 669.
- ²²⁷. Ibidem, p. 676.
- ²²⁸. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1980, 1º Caderno, p. 38. Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=Forum>. Acesso em 9 de abril de 2014.
- ²²⁹. ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, p. 689.
- ²³⁰. Ibidem, pp. 688-689.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE

Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano

Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

DIRETOR

Marco Antônio Vianna Moreira Sampaio

FICHA TÉCNICA

Pesquisa Textual e Iconográfica

SERVIÇO DE ACERVO TEXTUAL E
AUDIOVISUAL (SEATA)

Adeir Barbosa Lemos
Argemiro Eloy Gurgel
Priscila Santos Vieira

SERVIÇO DE ACERVO MUSEOLÓGICO E
ICONOGRÁFICO (SEAMI)

Edson Luiz da Silva
Antônio Manuel de Araújo Rafael Frio
Leandro da Silva Pontes

SERVIÇO DE PESQUISAS HISTÓRICAS
(SEPEH)

Fábio dos Santos Teixeira
Alexandra Lucia Porto Daibert
Fernanda Coutinho Monteiro

SERVIÇO DE GESTÃO DO MUSEU DE
NITERÓI (SEGEN)

Regina Célia de Souza Lemos

FOTOGRAFIAS

Alexandre Moreira de Oliveira
Antônio Izaias da Costa Abreu
Felipe de Macedo Cavalcanti Cardoso
Flavio Porto
Jean Jackson de Lima Pinto

Serviço de Comunicação e Identidade Visual (SECOM)

PROJETO GRÁFICO
Flávia Cunha

TRATAMENTO DE IMAGENS
Flavio Porto
Thais Gallart

DIAGRAMAÇÃO
Flávia Cunha
Flavio Porto
Thais Gallart



CENTRO ADMINISTRATIVO

COLABORADORES

Ana Paula da Cruz Macedo, Ana Paula Galart Cruz, Antônio de Lisbôa Lopes Cardoso, Clayse Corrêa Defanti, Djalma Almeida, Giovani Faria Buzzi, Laurence Rocha Barrozo, Luciano Barbosa Carvalho, Magno Oyama Monteiro, Marisa Marinho Silva, Rodrigo Cezar Derrossi de Azevedo, Ronaldo Seoldo Galido, Rosane Miranda Assumpção de Paula, Sebastião Bessane Neto, Saulo Temperini Pietrani e Valter Ferreira Barcellos.



PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO